DIÁRIO DE NOTÍCIAS
DE SÃO PAULO

EDIÇÃO NACIONAL

ISSN 2675-6676
R$ 6,00

www.diariodenoticias.com.br | ANO XXXVIII • Nº 8106 • SÃO PAULO, 06 A 08 DE ABRIL DE 2024 | DIRETOR RESPONSÁVEL: MÁRCIO ANTÔNIO LOPES DA COSTA

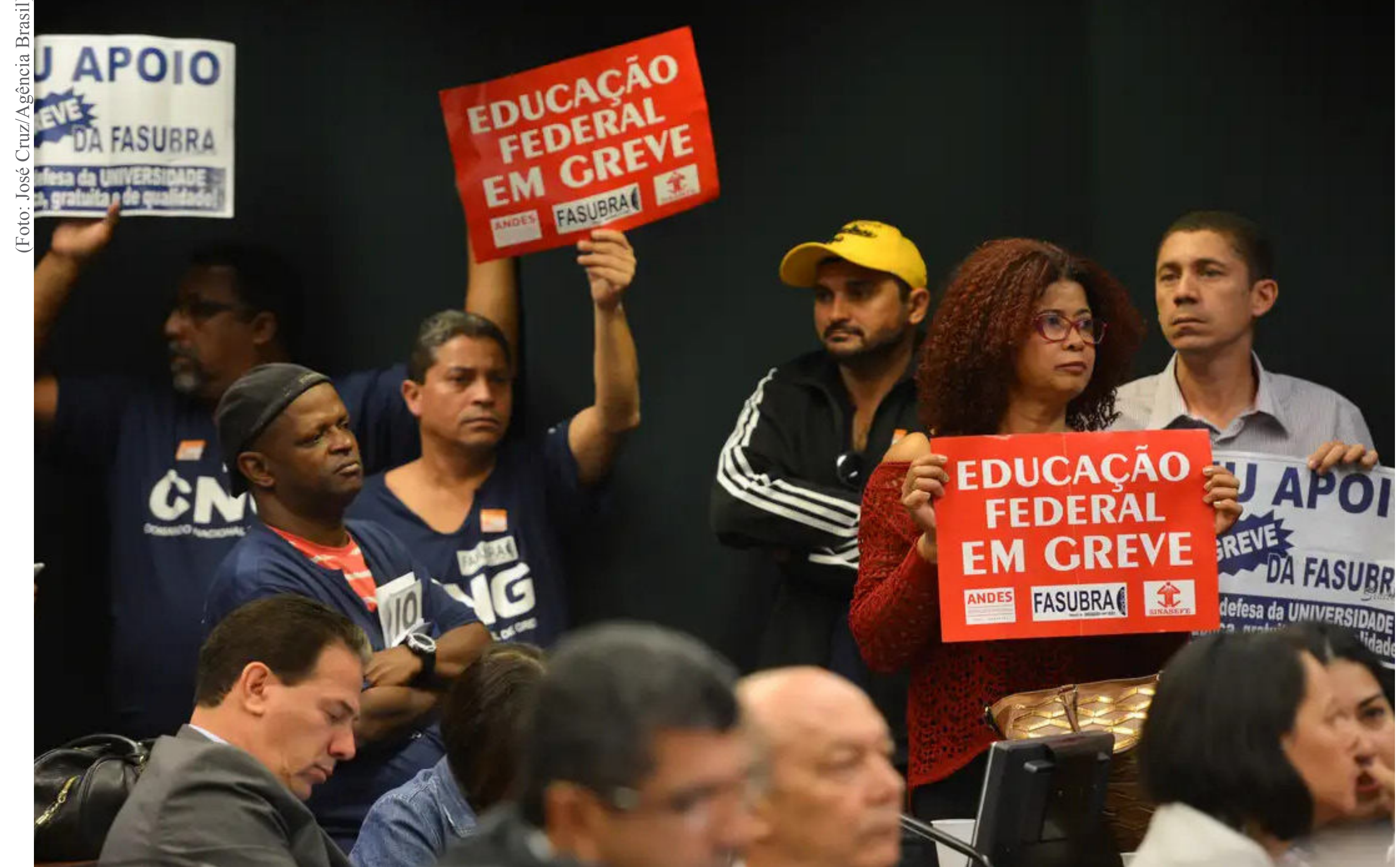
Servidores federais de educação de 23 Estados entram em greve

Política Pág.03

Grevistas pedem revogação de todas as normas aprovadas nos governos Temer e Bolsonaro

Servidores da educação, entre pessoal técnico-administrativo e docentes da rede federal de pelo menos 23 Estados, abrangendo cerca de 360 unidades de ensino, pararam as atividades ontem, 5, em adesão à greve da categoria deflagrada da quarta-feira, 3. Além de recomposição salarial que varia de 22,71% a 34,32%, dependendo da categoria, os servidores pedem a reestruturação das carreiras, a revogação de "todas as normas que prejudicam a educação federal aprovadas nos governos Temer e Bolsonaro" e a recomposição do orçamento e o reajuste imediato dos auxílios e bolsas dos estudantes. Aprovada durante rodadas de assembleias realizadas desde 18 de março, em 29 seções sindicais, a greve é nacional e por tempo indeterminado.

(Foto: José Cruz/Agência Brasil)



O movimento paredista abrange tanto o quadro técnico-administrativo como docentes da rede federal em pelo menos 23 estados.

Lançamentos Pág.13

Tv Cultura anuncia estreia da aguardada nova temporada de "Morgana & Celeste

Esportes Pág.08

História imortalizada: Pelé recebe homenagem com estátua no local do primeiro gol

Política Pág.03

Governo oficializa demissão do diretor do presídio federal de Mossoró

Portaria assinada pelo secretário executivo do Ministério da Justiça, Manoel Carlos de Almeida Neto, oficializou a demissão do diretor da Penitenciária Federal de Mossoró, no Rio Grande do Norte, Humberto Gleydson Fontinele Alencar, conforme publicado ontem, 5, no DOU. A causa foi a fuga de dois detentos do presídio, a primeira registrada no País no sistema penitenciário federal, desde a sua criação em 2006.

Economia Pág.04

Fundos têm 2ª melhor captação líquida em 5 anos, aponta Anbima

No segundo melhor resultado nos últimos cinco anos, atrás apenas do primeiro trimestre de 2021, a indústria de fundos captou R$ 105 bilhões no primeiro trimestre de 2024, uma retomada ante primeiros três meses de 2023, quando a captação líquida ficou negativa em R$ 73,4 bilhões.

Variedades Pág.11

Produção nacional 'Pérola', dirigida por Murilo Benício, é premiada na França

Leis e Projetos Pág.02

Projeto de lei propõe punição severa para vandalismo em patrimônio cultural

Geral Pág.06

Blogueiro bolsonarista viola decisão do STF com nova conta no Instagram

(Foto: Elza Fiuza/Agência Brasil)



Allan dos Santos vive nos Estados Unidos desde 2020, onde burla sucessivamente a proibição do STF com criação de novos perfis nas redes sociais.

Contrariando decisão do STF que, em 2021, baniu sua participação em redes sociais, o blogueiro bolsonarista Allan dos Santos voltou a criar uma conta no Instagram. Foragido da Justiça brasileira, Santos vive nos Estados Unidos desde 2020, onde burla sucessivamente a proibição do STF com criação de novos perfis nas redes sociais.

GASTOS COM PETS

Para quem pensa em ter um Pet vai um alerta. As despesas com um animal devem ser consideradas no orçamento mensal da família. Elas envolvem alimentação de qualidade, banho e tosa, para algumas espécies rotina de exercícios e treinamento, vacinas, visitas ao veterinário e medicamentos quando necessário.

CUSTO MÉDIO MENSAL

Cães

Pequeno porte	R$ 274,37
Médio porte	R$ 342,20
Grande porte	R$ 425,24

Aves
R$ 17,38

Felinos
Gatos adultos
R$ 205,94

Peixes
R$ 94,17

Roedores
R$ 108,25

FONTE | IPB
® INFOGRAFFO

Política Pág.03

Desembargadora que tirou foto com Moro votará no julgamento do TRE-PR

O próximo voto no julgamento do TRE-PR que pode cassar o mandato do senador Sergio Moro por abuso de poder econômica na eleição de 2022 é da desembargadora Cláudia Cristina Cristofani, que pediu vista e adiou a votação, empatada em 1 a 1. A participação da magistrada vem sendo questionada devido a uma foto dela ao lado do ex-juiz da Lava Jato.

Economia Pág.04

IGP-DI desacelera para alta de 0,10% em março

Após alta de 0,55% em fevereiro, o Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) desacelerou para alta de 0,10% em março, informou ontem, 5, a FGV. O resultado foi influenciado pelos recuos nos preços das passagens aéreas (-12,03%) e de alimentos como batata-inglesa (-16,51%) e cenoura (-6,51%).

Acesse o nosso site: diariodenoticias.com.br

SAÚDE



O papel dos adoçantes na redução do consumo excessivo de açúcar
https://shre.ink/8ZZR

Internacional Pág.05

Rússia: diplomata diz que negociações de paz com Ucrânia só avançarão se contemplarem Moscou

Internacional Pág.05

Biden diz a Netanyahu que apoio depende de proteção a civis em Gaza

Política Pág.03

STJ considera ilegal busca policial na moradia de quem planta maconha

Economia Pág.04

Déficit do setor público tem pior resultado desde janeiro de 2021

Internacional Pág.05

Alemanha: ministro da Defesa anuncia plano para tornar forças armadas "capazes de guerra"

Esportes Pág.08

Em busca da vitória: Verstappen aposta no desafio de Suzuka

Contexto Jurídico Pág.10

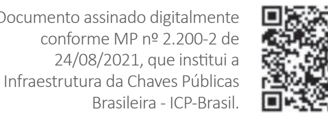
Supremo Tribunal mantém deputado bolsonarista atrás das grades

Esportes Pág.08

Violência em campo: Jogador do Peñarol é agredido com pedra em jogo da Libertadores

INDICADORES FINANCEIROS

Salário Mínimo	R$ 1.412,00
IPCA (IBGE) - mês	0,83%
IGP-M (FGV) - mês	0,07%
IPC (FIPE) - mês	0,26%
TR pré	0,0807%
Taxa básica financeira - TBF	0,7512%
Ibovespa (pontos)	126.795
Poupança (mês)	0,58%
CDB pré 30 dias - ano	10,30%
CDB pré 90 dias - ano	10,01%
CDI acumulado - mês	0,24%
CDI anualizado	10,65%
Dólar comercial	R$ 5,0650/R$ 5,0650
Dolar turismo	R$ 5,0840/R$ 5,2640
Euro turismo	R$ 5,4870/R$ 5,4880



LEIS & PROJETOS

EDIÇÃO NACIONAL

Comissão vai debater ensino de Filosofia e Sociologia na educação básica

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados realizará uma audiência pública na próxima quinta-feira (11) para discutir a relevância do ensino de Filosofia e Sociologia na educação básica.

O requerimento para a realização dessa audiência foi apresentado pela deputada Luciene Cavalcante (Psol-SP). Segundo ela, o ensino dessas disciplinas é essencial para contribuir com o desenvolvimento dos alunos em várias áreas pessoais.

Ao integrar o ensino de Filosofia e Sociologia na educação básica, estamos preparando os alunos não apenas para o sucesso acadêmico individual, mas também para uma vida plena e engajada na sociedade. Eles se tornam cidadãos mais informados, capazes de contribuir significativamente para o mundo ao seu redor e enfrentar os desafios complexos do século 21 com discernimento.

Deputado propõe reserva vagas em estacionamentos para entregador de aplicativo em serviço

O Projeto de Lei 651/24 propõe que os estabelecimentos de hospedagem adotem medidas para garantir o direito à privacidade e à intimidade dos hóspedes. Essa proposta está atualmente em análise na Câmara dos Deputados.

Dentre as ações previstas, o estabelecimento deve realizar verificações periódicas para identificar se existem equipamentos que possam captar imagens ou sons em áreas privativas ou banheiros. Caso sejam encontrados dispositivos dessa natureza, o estabelecimento deve comunicar imediatamente ao órgão policial competente.

A medida proposta será inserida na Lei Geral do Turismo. O deputado Alberto Fraga (PL-DF), autor da proposta, destaca que o objetivo é proteger os direitos fundamentais da vida privada dos cidadãos.

Ele explica: "A utilização de um meio de hospedagem rege-se, fundamentalmente, pelo princípio da confiança, incluindo a confiança de que não haverá roubo, furto ou violação da intimidade".

Os próximos passos envolvem a análise do projeto pelas comissões de Turismo e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Proposta prevê que estabelecimentos adotem medidas para garantir privacidade dos hóspedes

O Projeto de Lei 681/24 propõe que os estabelecimentos de hospedagem adotem medidas para garantir o direito à privacidade e à intimidade dos hóspedes. Essa proposta está atualmente em análise na Câmara dos Deputados.

Dentre as ações previstas, o estabelecimento deve realizar verificações periódicas para identificar se existem equipamentos que possam captar imagens ou sons em áreas privativas ou banheiros. Caso sejam encontrados dispositivos dessa natureza, o estabelecimento deve comunicar imediatamente ao órgão policial competente.

A medida proposta será inserida na Lei Geral do Turismo. O deputado Alberto Fraga (PL-DF), autor da proposta, destaca que o objetivo é proteger os direitos fundamentais da vida privada dos cidadãos.

Ele explica: "A utilização de um meio de hospedagem rege-se, fundamentalmente, pelo princípio da confiança, incluindo a confiança de que não haverá roubo, furto ou violação da intimidade".

Os próximos passos envolvem a análise do projeto pelas comissões de Turismo e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Projeto prevê notificação de vítimas sobre soltura de condenados

O Projeto de Lei 834/24, proposto pelo deputado Júnior Mano (PL-CE), estabelece procedimentos para notificar vítimas e agentes de segurança pública sobre a soltura de condenados. Atualmente, o texto está em análise na Câmara dos Deputados.

De acordo com a proposta, as instituições do sistema penal deverão notificar as vítimas e os agentes de segurança pública que efetuaram a prisão sobre a concessão de liberdade provisória a condenados, saídas temporárias e o término do cumprimento de pena.

Para proteger os dados pessoais dos envolvidos, o texto prevê que essas informações sejam utilizadas exclusivamente para a notificação. Além disso, um regulamento posterior detalhará as medidas de segurança da informação para proteger os dados e especificará as ações de proteção às vítimas.

O deputado Júnior Mano destaca que o projeto visa preencher uma lacuna na legislação brasileira relacionada à proteção e segurança das vítimas de crimes. Reconhecendo a vulnerabilidade das vítimas após a liberação de seus agressores, a proposta busca instituir um mecanismo de notificação eficaz para que elas possam tomar as precauções necessárias para sua segurança.

A tramitação do projeto ocorrerá em caráter conclusivo pelas comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Marcio Antonio Lopes da Costa
Diretor

Marcos Henrique
Comercial

www.diariodenoticias.com.br
site

Amaury Marques
Administração

Elaine Fernandes
Financeiro

Valter Lana
Editor responsável

redacao@diariodenoticias.com.br
e-mail

Contato: 55 11 5584-0035
marcio@diariodenoticias.com.br

Periodicidade: DIÁRIA

AMS EDITORA LTDA
Av. Nove de Julho, 4939 - cj. 76 B
Jd. Paulista - Cep. 01407-200
CNPJ nº 00.559.976/0001-07
São Paulo - SP

Administração:
Rua Samuel Morse, 120, cj. 81
Cidade Monções - Cep. 04576-060
São Paulo - SP

Auditado e Certificado



AUTENTICIDADE DA PÁGINA
Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.



Projeto pune com mais rigor quem destruir patrimônio histórico e cultural

O Projeto de Lei 811/24 aborda o dano qualificado como o ato de destruir, inutilizar ou deteriorar o patrimônio histórico e cultural nacional. Atualmente, essa questão não é explicitamente tratada no Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40).

A proposta, que está em tramitação na Câmara dos Deputados, também aumenta a pena mínima para o crime de dano qualificado. Enquanto a legislação vigente estabelece uma pena de seis meses, o projeto propõe elevar essa pena para um ano. Vale ressaltar que, segundo a legislação atual, o dano qualificado se refere à destruição de patrimônio da União, dos estados e dos municípios.

O autor do projeto, deputado Rodrigo Valadares (União-SE), destaca a importância de proteger o patrimônio histórico e cultural brasileiro contra ações que possam causar danos e destruições. Ele enfatiza que a história e a cultura do nosso país devem ser preservadas, mesmo quando as reivindicações são justas.

(Foto: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados)



Rodrigo Valadares: "A história e a cultura de nosso país devem ser preservadas".

Além disso, o projeto também altera a Lei do Fundo Penitenciário Nacional (Lei Complementar 79/94) para que as multas aplicadas em casos de dano qualificado sejam destinadas ao órgão que sofreu o ataque.

Os próximos passos envolvem a análise do projeto pelas comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e de Cidadania antes de ser votado pelo Plenário.

Projeto permite deságio a credor que não informa dados bancários na recuperação judicial

(Foto: Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)



Jonas Donizette é o autor da proposta.

O Projeto de Lei 874/24 propõe uma mudança significativa no tratamento dos credores de empresas em recuperação judicial. De acordo com a proposta, mesmo que um credor não tenha apresentado seus dados bancários durante a homologação do plano de recuperação judicial, ele ainda poderá se beneficiar do pagamento com deságio.

Atualmente, a Lei de Recuperação e Falência não aborda explicitamente essa situação. No entanto, o projeto se baseia em jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) para introduzir essa possibilidade. A ideia é que a empresa em recuperação judicial possa pagar seus credores com descontos, desde que haja concordância em assembleia geral. O deputado Jonas Donizette (PSB-SP), autor da proposta, destaca que muitos credores não fornecem seus dados bancários para receber os valores devidos. Essa falta de informação prejudica não apenas os credores, mas também as próprias empresas. Elas são obrigadas a manter os valores em contas judiciais, além de arcar com os custos para localizar os credores.

Em sua visão, não é justo que a empresa em recuperação tenha que manter esse dinheiro parado, especialmente quando os credores não demonstram interesse em recebê-lo.

Os próximos passos envolvem a análise do PL 874/24 nas comissões de Indústria, Comércio e Serviços e Constituição e Justiça e de Cidadania. Após essa análise, o projeto seguirá para votação no Plenário.

PL torna obrigatória divulgar os direitos das gestantes no ambiente de trabalho

O Projeto de Lei 3566/23 visa garantir que o direito das gestantes de se ausentarem do serviço para realizar exames durante o período gestacional seja amplamente divulgado pelos empregadores.

De acordo com o projeto, essa medida será inserida na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Atualmente, a CLT já prevê a dispensa do horário de trabalho para a realização de, no mínimo, seis consultas médicas e demais exames complementares, sem prejuízo do salário, para as gestantes.

Para assegurar que as gestantes estejam cientes desse direito, o projeto estabelece os seguintes meios de divulgação:

1. Informação no ato da contratação: O empregador deverá informar à empregada sobre esse direito no momento da contratação, especialmente quando a gravidez for comunicada.

2. Comunicação trimestral: Através de mensagens eletrônicas enviadas a todos os empregados, o direito da gestante deverá ser reforçado trimestralmente.

(Foto: Mario Agra/Câmara dos Deputados)

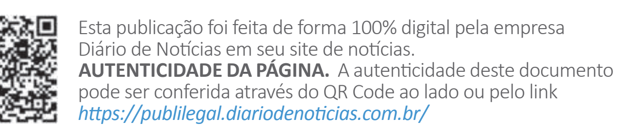


Lêda Borges: medida deve incentivar gestantes a comparecerem aos exames.

3. Aviso ostensivo: As empresas deverão manter um aviso visível e de fácil acesso aos funcionários, contendo essas informações.

A deputada Lêda Borges (PSDB-GO), autora do texto, destaca que muitas gestantes desconhecem seus direitos legais. A falta de informação adequada pode levar as gestantes a evitar comparecer aos exames de rotina por medo de perder o emprego. Portanto, essa proposta visa garantir que as gestantes tenham acesso às informações necessárias para cuidar de sua saúde durante a gestação.

A tramitação do projeto ocorrerá em caráter conclusivo pelas comissões de Trabalho e de Constituição e Justiça e de Cidadania.



Servidores federais de educação param em 360 unidades de ensino

O Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe) informou que servidores federais de 360 unidades de ensino aderiram à greve deflagrada na quarta-feira (3).

O movimento paredista abrange tanto o quadro técnico-administrativo como docentes da rede federal em pelo menos 23 estados. Inicialmente, a expectativa do sindicato era adesão de 230 unidades de ensino. Há, entre as entidades que registraram adesões, instituições de ensino ligadas ao Ministério da Defesa. A lista completa foi divulgada no site do Sinasefe.

Reivindicações - Além de uma recomposição salarial que varia de 22,71% a 34,32%, dependendo da categoria, os servidores pedem também reestruturação das carreiras da área técnico-administrativa e de docentes; a revogação de "todas as normas que prejudicam a educação federal aprovadas nos governos Temer e Bolsonaro"; bem como a recomposição do orçamento e o reajuste imediato dos auxílios e bolsas dos estudantes.

(Foto: Arquivo/Agência Brasil)



Docentes da rede federal em pelo menos 23 Estados pararam as atividades.

Aprovada durante rodadas de assembleias realizadas desde o dia 18 de março, em 29 seções sindicais, a greve será nacional e por tempo indeterminado, conforme informa, no dia 28 de março, documento protocolado junto aos ministérios da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, da Defesa e da Educação, e ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif).

Governo - O Ministério da Gestão informou que, em 2023, viabilizou, a partir de negociação com as entidades representativas dos servidores federais, reajuste linear de 9% para todos os servidores, além do aumento de 43,6% no auxílio-alimentação.

Demissão de diretor da Penitenciária Federal de Mossoró é oficializada

(Foto: Depen/Divulgação)



Processos foram instaurados para corrigir infrações entre servidores.

A demissão do diretor da Penitenciária Federal de Mossoró, no Rio Grande do Norte, Humberto Gleydson Fontinele Alencar, foi publicada ontem (5) no Diário Oficial da União. A medida acontece um dia após a captura dos fugitivos Rogério da Silva Mendonça e Deibson Cabral Nascimento em Marabá, no estado do Pará, mas o documento é datado do dia 25 de março.

Os fugitivos foram presos com mais quatro pessoas e também houve a apreensão de um fuzil e aparelhos celulares. Em entrevista coletiva, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, destacou que criminosos das mesmas facções de Mendonça e Nascimento ajudaram nesses 50 dias em que os detentos permaneceram em fuga.

A operação de recaptura envolveu o monitoramento pelo uso da inteligência, o que possibilitou a prisão de 14 pessoas envolvidas no caso e a localização e prisão dos fugitivos a 1,6 mil km de distância do local de fuga.

Afastamento - Lewandowski havia afastado o diretor da unidade prisional de segurança máxima desde o dia em que a fuga dos dois detentos se tornou pública, em 14 de fevereiro. Na ocasião, o ex-diretor da Penitenciária Federal de Catanduvas, no Paraná, Carlos Luis Vieira Pires, foi nomeado interventor.

O caso chamou a atenção por ser a primeira fuga registrada no país no sistema penitenciário federal, desde a sua criação em 2006. Coordenada pela Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen), do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a rede -formada por cinco presídios de segurança máxima -possui protocolos e sistema de vigilância avançados.

As investigações apontaram que Mendonça e Nascimento fugiram da Penitenciária de Mossoró usando ferramentas disponibilizadas para uma obra de reforma na unidade. A corregedoria-geral da Senappen informou que a apuração não identificou indícios de corrupção na fuga. Três Processos disciplinares foram instaurados para identificar e corrigir infrações entre os servidores da unidade.

Entrada de policiais na casa de acusado de plantar maconha é ilegal e provas, ilícitas, diz STJ

A Sexta Turma do STJ entendeu que a entrada de policiais sem mandado judicial na casa de um homem acusado de cultivar 58 pés de maconha foi ilegal, configurando invasão de domicílio. A ação ocorreu a partir de uma denúncia anônima, o que, para o colegiado, não é suficiente para justificar a busca domiciliar sem autorização da Justiça.

Por unanimidade, a denúncia do Ministério Público contra o acusado foi rejeitada. Em interrogatório, ele disse que era usuário da droga e estudava os efeitos medicinais da planta. Sob argumento de que as provas obtidas após a entrada dos policiais na residência são ilícitas, a sentença aplicada pelo juízo da primeira instância, que entendeu que não havia justa causa para o exercício da ação penal, foi restabelecida.

(Foto: Polícia Federal/Divulgação)



Policiais entraram sem mandado judicial na casa de homem que cultivava 58 pés de maconha no quintal após denúncia anônima; Tribunal entendeu que desconfiança não é suficiente e ação configura invasão de domicílio.

Os policiais alegavam que, após receberem uma denúncia anônima sobre a plantação de maconha no quintal do homem, eles foram recebidos por uma mulher que autorizou a entrada no domicílio. Para o Tribunal de Justiça do Pará, a permissão da companheira era suficiente para tornar as provas lícitas e, por isso, determinou o prosseguimento da ação. No STJ, o desembargador convocado, Jesuíno Rissato, relator do caso, afirmou que a violação da residência deve ser baseada em evidências que justificam a ação e indicam que há situação de flagrância no local, não apenas em desconfiança policial.

Desembargadora que tirou foto com Moro vai participar de julgamento, confirma TRE

A desembargadora Cláudia Cristina Cristofani, do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), é a próxima a votar no julgamento que pode levar à cassação do senador Sergio Moro (União). Ela pediu vista e adiou o desfecho da votação, empatada em 1 a 1. A participação da magistrada chegou a ser questionada, depois que resgataram uma foto dela ao lado do ex-juiz da Operação Lava Jato, mas o TRE bateu o martelo: não há causa para suspeição ou impedimento.

Segundo a desembargadora, a fotografia em questão tem mais de 30 anos. Ela também negou ser próxima de Sergio Moro.

Em nota, o Tribunal Regional Eleitoral confirmou que ela participará da votação. Também afirmou que a atuação de todos os seus membros é "transparente e comprometida com o Estado Democrático de Direito".

"A desembargadora prestou ao TRE-PR o esclarecimento de que se trata de uma imagem antiga de magistrados que trabalhavam no mesmo prédio e que não possui relação de amizade com o investigado, ficando isenta das hipóteses de impedimento e suspeição estabelecidas em lei", informou o tribunal na nota.

As ações que pedem a cassação de Moro são movidas pelo PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, e pela Federação Brasil da Esperança (PT, PCdoB e PV), do presidente Lula. Se for condenado, o ex-juiz da Operação Lava Jato perde o mandato e pode ficar inelegível.

Ex-deputado, líder sindical e preso político Clodesmidt Riani morre aos 103 anos

O ex-deputado de Minas Gerais Clodesmidt Riani morreu na última quinta-feira, 4, aos 103 anos de idade. O líder sindical foi presidente do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) durante o governo do ex-presidente João Goulart, derrubado pelo golpe militar de 1964, que iniciou o período ditatorial no Brasil (1964-1985).

Mineiro natural de Rio Casca, Riani faleceu em Juiz de Fora (MG), cidade de onde partiram as tropas que deflagraram o golpe que completou 60 anos no último domingo. A morte, exatos 60 anos depois de sua prisão pelo Exército em 4 de abril de 1964, ocorreu após "complicações de saúde durante sua internação nos últimos quinze dias", informou em nota o Sindicato dos Servidores da Tributação, Fiscalização e Arrecadação do Estado.

O ex-deputado ficou conhecido no movimento sindical pela "dedicação incansável à luta pelos direitos trabalhistas e sociais" iniciada na cidade do falecimento. Ele ascendeu na Companhia Mineira de Eletricidade e chegou a assumir a presidência da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI).

Antes de perder o mandato, já que foi preso e condenado em 1964 pela ditadura militar, Riani foi deputado estadual pelo PTB. Após a redemocratização, o líder sindical se filiou ao PMDB e teve o mandato simbolicamente restituído pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Riani, que ainda foi representante do Brasil na Organização Internacional do Trabalho, "deixará um legado imensurável para o movimento sindical, sendo lembrado por sua incansável luta em prol da justiça social e dos direitos dos trabalhadores", afirma a organização sindical.

'É delírio antijurídico', diz Cármen Lúcia em voto contra poder moderador das forças Armadas

A ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia votou nesta sexta-feira, 5, contra o entendimento de que há previsão na Constituição para intervenção das Forças Armadas sobre os Três Poderes da República. A magistrada qualificou as possíveis interpretações da lei que permitissem aos militares atuarem como um "poder moderador" como "delírio antijurídico ou desvario antidemocrático".

"Qualquer referência à interpretação de norma legal que confronte os termos expressos dos artigos 1º e 2º da Constituição do Brasil é delírio antijurídico ou desvario antidemocrático, não é interpretação constitucional. Nem mesmo os poderes constitucionais - Legislativo, Executivo e Judiciário - estão acima nem podem atuar contra a Constituição."

Em seu entendimento, as Forças Armadas são uma instituição "permanente e regular" e qualquer atuação fora da regularidade constitucional democrática é ilícita.

A ação julgada pelo STF foi apresentada pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) em 2020. O partido questionou o Supremo sobre interpretações do artigo 142 da Constituição Federal, que trata das Forças Armadas. O julgamento foi iniciado na última sexta-feira, 29, em plenário virtual.

A ideia de que as forças militares poderiam agir como poder moderador durante crises institucionais é ventilada frequentemente por bolsonaristas para defender intervenção militar "dentro da Constituição". Em seu voto, a ministra afirmou que em nenhuma Constituição brasileira as Forças Armadas receberam a condição de Poder, nem mesmo moderador, e que a leitura da história deve ser feita "de todo o enredo, não de uma página".

Cármen destaca que, no sistema constitucional democrático em vigor, não há "sequer referência" que permita que as Forças Armadas atuem de forma excedente ou autônoma em relação aos Três Poderes, sublinhando que elas "são forças, não poderes". "Golpear a Constituição desbordando do que nela definido para sua atuação é inconstitucional, ilegítimo, antidemocrático e inválido".

A ministra diz ainda que, mesmo a separação dos poderes sendo próprio do sistema constitucional democrático e com o "poder moderador" ter sido extingo já no Império, a democracia brasileira "não tem sossego".

Cármen ainda acrescenta que a autorização para que as Forças Armadas atuem na garantia da lei e da ordem - além dos casos de intervenção federal, de estados de defesa e de estado sítio - só pode existir em casos excepcionais de "grave e específica violação à segurança pública interna". No entanto, ela deve ser formalmente justificada, e somente ser dada após todos os instrumentos ordinários de preservação da ordem pública serem esgotados.

O relator do caso, ministro Luiz Fux, votou contra o entendimento que permite tal intervenção pelos militares, afirmando que a interpretação do artigo deve ser feita considerando todo o sistema legal brasileiro, especialmente no que diz respeito à separação dos Poderes.

Além do relator e de Cármen Lúcia, os ministros André Mendonça, Edson Fachin, Flávio Dino, Gilmar Mendes, Luís Roberto Barroso e Luiz Fux também votaram contra a interpretação. Ainda restam votar os ministros Alexandre de Moraes, Dias Toffoli e Kassio Nunes Marques. Eles têm até dia 8 para registrarem seus votos.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

ECONOMIA

EDIÇÃO NACIONAL



Passagem aérea e alimentos desaceleram inflação ao consumidor no IGP-DI de março, diz FGV

Os recuos de preços nas passagens aéreas (-12,03%) e em alimentos como batata-inglesa (-16,51%) e cenoura (-6,51%) ajudaram a desacelerar a inflação no varejo medida pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) de março, informou a Fundação Getulio Vargas (FGV).

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-DI) saiu de uma alta de 0,55% em fevereiro para uma elevação de 0,10% em março.

Sete das oito classes de despesa registraram taxas de variação mais baixas: Transportes (de 0,87% em fevereiro para 0,21% em março), Educação, Leitura e Recreação (de -1,17% para -2,22%), Alimentação (de 1,06% para 0,56%), Despesas Diversas (de 2,05% para 0,42%), Comunicação (de 0,43% para -0,31%), Saúde e Cuidados Pessoais (de 0,56% para 0,32%) e Vestuário (de 0,34% para -0,03%).

As principais contribuições partiram dos itens: gasolina (de 2,60% para 0,35%), passagem aérea (de -6,51% para -12,03%), hortaliças e legumes (de 5,75% para -0,54%), serviços bancários (de 3,51% para 0,74%), combo de telefonia, internet e TV por assinatura (de 0,49% para -0,46%), artigos de higiene e cuidado pessoal (de 0,95% para 0,40%) e roupas (de 0,33% para -0,11%). Na direção oposta, a taxa foi mais elevada no grupo Habitação (de 0,32% para 0,53%), pressionada pela tarifa de eletricidade residencial, que passou de -1,50% em fevereiro para 0,35% em março.

O núcleo do IPC-DI teve alta de 0,27% em março, após um aumento de 0,42% em fevereiro. Dos 85 itens componentes do IPC, 43 foram excluídos do cálculo do núcleo.

O índice de difusão, que mede a proporção de itens com aumentos de preços, passou de 65,48% em fevereiro para 56,77% em março.

(Foto: EBC)



A queda de preço de alimentos como batata-inglesa (-16,51%) e cenoura (-6,51%) ajudaram a desacelerar a inflação no varejo.

Dívida líquida de 60,9% do PIB em fevereiro é a maior desde dezembro de 2020, diz BC

O chefe do Departamento de Estatísticas do Banco Central, Fernando Rocha, destacou ontem, 5, que o aumento da dívida líquida do setor público (DLSP) em fevereiro levou a relação com o Produto Interno Bruto (PIB) para o maior patamar desde dezembro de 2020.

Em fevereiro, a DLSP/PIB ficou em 60,9% e, em dezembro de 2020, estava em 61,4%.

Já a dívida bruta dos governos regionais em fevereiro, que atingiu 75,5% do PIB, chegou ao maior resultado desde junho de 2022, quando estava em 75,6%.

Dados divulgados pelo Banco Central mostraram que a Dívida Bruta do Governo Geral ficou em R$ 8,301 trilhões no segundo mês de 2024. O número de 75,5% do PIB ficou acima dos 75,1% em janeiro e dos 74,4% em dezembro de 2023.

O pico da série da dívida bruta foi alcançado em dezembro de 2020 (87,6%), em virtude das medidas fiscais adotadas no início da pandemia de covid-19. No melhor momento, em dezembro de 2013, a dívida bruta chegou a 51,5% do PIB.

A Dívida Bruta do Governo Geral - que abrange o governo federal, os governos estaduais e municipais, excluindo o Banco Central e as empresas estatais - é uma das referências para avaliação, por parte das agências globais de classificação de risco, da capacidade de solvência do País.

Déficit nominal do setor público soma R$ 113,858 bilhões em fevereiro, afirma BC

(Foto: EBC)



O setor público consolidado registrou um déficit nominal de R$ 113,858 bilhões em fevereiro. Em janeiro, o resultado nominal havia sido superavitário em R$ 22,232 bilhões e, em fevereiro de 2023, o saldo foi negativo em R$ 90,606 bilhões.

No ano até fevereiro, o resultado é de déficit de R$ 91,626 bilhões, ou 5,16% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 12 meses, o déficit nominal nas contas consolidadas do País chegou à marca de R$ 1,015 trilhão - o pior resultado nessa base de comparação desde janeiro de 2021. Em porcentual do PIB, ficou em 9,24%. No ano passado, o resultado foi deficitário em R$ 967,417 bilhões - 8,90% do PIB.

O resultado nominal representa a diferença entre receitas e despesas do setor público, já após o pagamento dos juros da dívida pública. No segundo mês de 2024, o governo central registrou déficit nominal de R$ 114,750 bilhões. Os governos regionais tiveram saldo positivo de R$ 839 milhões, enquanto as empresas estatais registraram superávit nominal de R$ 53 milhões

Dívida bruta - A dívida pública brasileira subiu em fevereiro. Dados divulgados há pouco pelo Banco Central mostram que a Dívida Bruta do Governo Geral ficou em R$ 8,301 trilhões no segundo mês de 2024, o que representa 75,5% do Produto Interno Bruto (PIB) - contra 75,1% em janeiro e 74,4% em dezembro.

O pico da série da dívida bruta foi alcançado em dezembro de 2020 (87,6%), em virtude das medidas fiscais adotadas no início da pandemia de covid-19. No melhor momento, em dezembro de 2013, a dívida bruta chegou a 51,5% do PIB.

A Dívida Bruta do Governo Geral - que abrange o governo federal, os governos estaduais e municipais, excluindo o Banco Central e as empresas estatais - é uma das referências para avaliação, por parte das agências globais de classificação de risco, da capacidade de solvência do País. Na prática, quanto maior a dívida, maior o risco de calote por parte do Brasil.

Captação líquida no 1º tri é a 2ª melhor para o período nos últimos 5 anos, mostra Anbima

A indústria de fundos registrou captação líquida de R$ 105 bilhões no primeiro trimestre de 2024, uma retomada em relação aos primeiros três meses de 2023, quando a captação líquida ficou negativa em R$ 73,4 bilhões, conforme dados divulgados nesta sexta-feira, 5, pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). O saldo do período foi o segundo melhor nos últimos cinco anos, ficando atrás apenas do primeiro trimestre de 2021.

O patrimônio líquido da indústria chegou a R$ 8,7 trilhões, o que representa aumento de 15,5% na comparação com o mesmo período do ano anterior.

A classe de multimercados apresentou resgate líquido de R$ 28,2 bilhões no primeiro trimestre, acompanhada pelos fundos de ações, com saída líquida de R$ 2,1 bilhões. Já a classe de renda fixa foi o destaque positivo, com captação líquida de R$ 131,7 bilhões.

Os fundos de infraestrutura tiveram entrada líquida de R$ 22,2 bilhões no primeiro trimestre, chegando a um patrimônio líquido de R$ 86,7 bilhões.

Já os fundos de investimento em cadeias do agronegócio (Fiagros) apresentaram captação líquida de R$ 149,4 milhões no primeiro bimestre de 2024, ante resgates de R$ 11,4 milhões no mesmo período de 2023.

Consumo de serviços com saúde avança 10,3%, revela pesquisa

O consumo de bens e serviços de saúde foi impactado pela pandemia de covid-19 em seu primeiro ano (2020), ocorrendo o mesmo com os demais segmentos de bens e serviços que tiveram queda de 4,4% em volume.

Em 2021, no entanto, o volume do setor de saúde avançou 10,3%, quase cinco vezes mais do que os bens e serviços não relacionados à saúde (2,3%).

Os dados são da pesquisa Conta-Satélite de Saúde 2021, divulgada ontem (5), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo Tassia Holguin, pesquisadora do IBGE, apesar do aumento dos procedimentos de emergência provocados pela pandemia, o isolamento social acabou reduzindo a busca por atendimentos não emergenciais em 2020.

"Em 2020, por conta do isolamento, a gente teve uma queda no número de procedimentos ambulatoriais e hospitalares. As pessoas deixaram de fazer cirurgias eletivas e de ir ao médico e ao dentista. Elas foram postergando", explica Tassia. "Em 2021, elas precisaram retomar as consultas, cirurgias que não podiam ser mais adiadas e o próprio consumo de medicamentos", acrescentou.

Expansão - Apesar da redução total do consumo de bens e serviços de saúde, em 2020 o setor teve um aumento de 1,9% nos postos de trabalho nesse primeiro ano de pandemia, enquanto o restante da economia acusou uma perda de 7%.

Os postos de trabalho da saúde pública cresceram 7%, enquanto a fabricação de produtos farmacêuticos teve alta de 4,9%. A saúde privada cresceu apenas 0,2%.

No ano seguinte, o emprego na saúde aumentou mais: 5,1%. No entanto, esse crescimento foi puxado pela saúde privada com alta de 10,8% nos postos de trabalho, enquanto a saúde pública caiu 2,5%.

As atividades relacionadas à saúde eram responsáveis por 8,4 milhões das ocupações no Brasil em 2021, ou 8% do total, bem acima dos 5,2 milhões (5,3%) de 2010. As remunerações do setor de saúde totalizaram R$ 372,3 bilhões em 2021, o equivalente a 10,5% do total da economia em 2021.

As despesas com saúde no Brasil chegaram a R$ 872,7 bilhões em 2021, o equivalente a 9,7% do Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país. Do total do PIB, 4% representavam os gastos do governo e 5,7% as despesas das famílias.

Governo propõe corrigir FGTS por índice de inflação

A Advocacia-Geral da União (AGU) enviou quinta, 4, manifestação ao Supremo Tribunal Federal (STF) com uma proposta de consenso entre o governo e entidades sindicais a respeito da correção dos saldos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O tema foi imediatamente incluído na pauta da Corte, ontem, mas não houve tempo para que fosse julgado.

Atualmente, o FGTS tem correção de 3% ao ano mais a Taxa Referencial (TR). O partido Solidariedade, que propôs a ação, pede que esse cálculo seja substituído por um índice atrelado à inflação.

A AGU propôs manter a remuneração das contas vinculadas do FGTS em valor que garanta, no mínimo, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), com efeitos somente a partir da decisão do STF (sem pagamento retroativo).

"Nos anos em que a remuneração das contas vinculadas ao FGTS não alcançar o IPCA, caberá ao conselho curador do Fundo de Garantia determinar a forma de compensação", propõe a União.

Suspensão - O julgamento da proposta foi suspenso em novembro pelo ministro Cristiano Zanin, após o governo pedir o adiamento da análise para buscar consenso com as centrais sindicais. Em outubro, a análise já havia sido adiada a pedido do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Na petição da AGU, o órgão diz que a reunião de conciliação entre as partes estava marcada para a próxima segunda-feira, mas optou por apresentar os consensos alcançados até agora diante da inclusão do processo em pauta.

"Entende-se que a solução levada à apreciação da Suprema Corte apresenta-se como solução viável para possibilitar à gestão do FGTS equilibrar seu papel social com a melhor remuneração das contas", argumenta a AGU.

Até o momento, há três votos para que a correção seja no mínimo igual à da caderneta de poupança, a partir de 2025. O governo estima impacto de R$ 31 bilhões em 15 anos com a correção monetária igual à poupança. A rentabilidade da poupança é de 6,17% ao ano, além da variação da TR.

Ministros acertam que estatal deve pagar os dividendos retidos

Em meio ao cabo de guerra pela presidência da Petrobras, os ministros Rui Costa (Casa Civil), Fernando Haddad (Fazenda) e Alexandre Silveira (Minas e Energia) acertaram o pagamento dos dividendos extraordinários que foram retidos em decisão do conselho de administração da empresa em março. O valor bloqueado chega a R$ 43,9 bilhões. Caberá a Costa levar a proposta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A informação sobre o resultado da reunião foi antecipada pela colunista Malu Gaspar, do jornal O Globo, e confirmada pelo Estadão/Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado). A proposta de pagamento precisa ser levada pelo conselho de administração para avaliação dos acionistas, que voltam a se reunir em assembleia no próximo dia 25.

Em nota divulgada quinta-feira, 4, depois do fechamento do mercado, a Petrobras diz que não há decisão nova sobre os dividendos. A petrolífera citou que, no fato relevante divulgado no início de março, o conselho de administração propôs à assembleia que o valor de R$ 43,9 bilhões fosse integralmente destinado à reserva de remuneração do capital. Dessa forma, "a competência para aprovar a destinação do resultado, incluindo o pagamento de dividendos, é da assembleia geral de acionistas, que será realizada no dia 25 de abril deste ano".

Em março, o assunto expôs o racha no governo, uma vez que Silveira e Costa opinaram por não fazer a distribuição, e Prates disse a investidores que preferia ter distribuído 50% do valor, mas foi voto vencido. No fim, ele se absteve na votação.

A decisão de reter os dividendos coube a Lula em uma reunião que os auxiliares do presidente avaliaram como confusa. O assunto não parecia estar suficientemente maduro, narrou um dos que acompanham o tema de perto em Brasília. O episódio foi criticado por investidores, que apostavam na distribuição de dividendos a partir de sinais emitidos por Prates; eles acusam o governo de intervencionismo.

Auxiliares do presidente avaliavam ontem que era preciso fazer o pagamento, uma vez que mais estudos avançaram e concluíram que não haveria prejuízo para os investimentos da companhia - com os quais o governo espera gerar empregos e turbinar a economia.

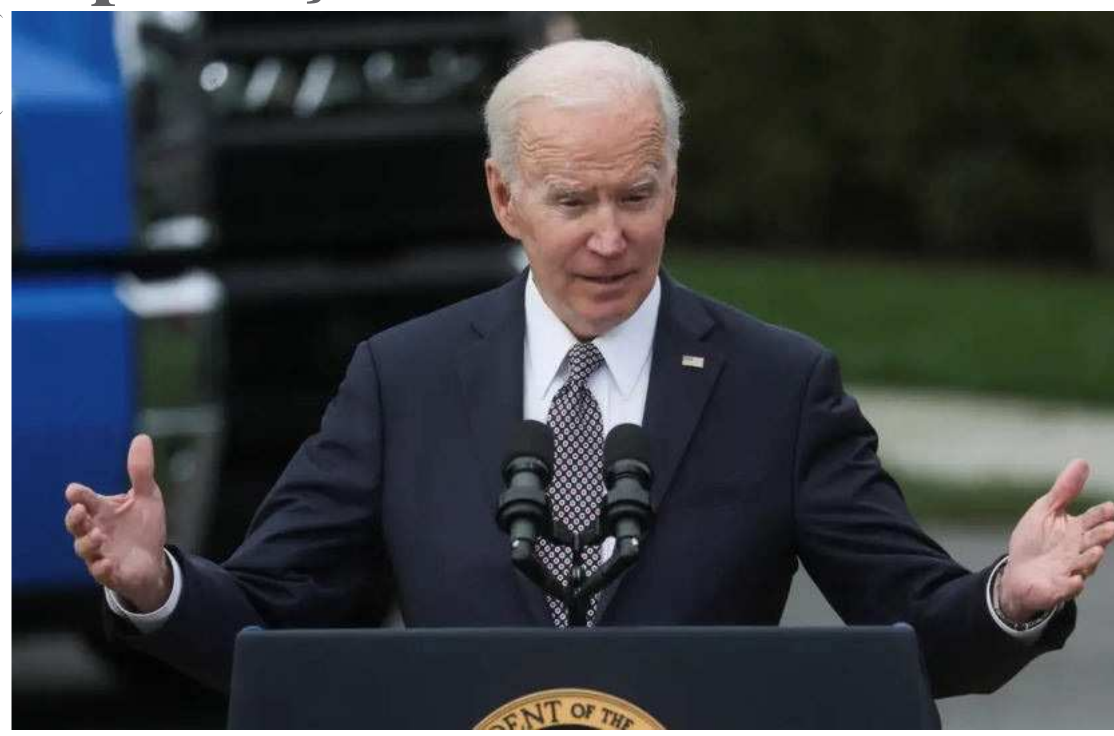
Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Biden diz a Netanyahu que apoio depende de proteção a civis em Gaza

O presidente dos EUA, Joe Biden, disse quinta-feira, 4, ao primeiro-ministro de Israel, Binyamin Netanyahu, que o apoio americano dependerá da proteção dos civis na Faixa de Gaza, condicionando pela primeira vez o cheque em branco dado pela Casa Branca ao governo israelense. Em um telefonema tenso de 30 minutos, Biden também pediu um "cessar-fogo imediato", o que até pouco tempo era inconcebível.

Biden vem sofrendo pressão da ala mais progressista do Partido Democrata e da comunidade árabe-americana, que acusa a Casa Branca de cumplicidade com os ataques israelenses que já mataram mais de 33 mil palestinos - o último, na segunda-feira, matou sete voluntários da ONG World Central Kitchen (WCK). O eleitorado árabe-americano representa uma parte ínfima do total de votos, mas em Michigan eles são cerca de 250 mil eleitores. Em 2016, Donald Trump venceu Hillary Clinton no Estado por apenas 11 mil votos (0,23%) e levou os 16 delegados estaduais para o colégio eleitoral. Para a campanha democrata, qualquer deslize pode ser fatal.

(Foto: EBC)



Biden vem sofrendo pressão da ala mais progressista do Partido Democrata e da comunidade árabe-americana, que acusa a Casa Branca de cumplicidade com os ataques israelenses que já mataram mais de 33 mil palestinos.

Até agora, no entanto, o presidente americano vem tentando jogar dos dois lados. Apesar da pressão sobre Netanyahu e do discurso duro, ele vem vetando constantemente resoluções na ONU que contrariam o governo israelense. Em março, o Conselho de Segurança finalmente aprovou um texto - graças à abstenção dos americanos - que pedia a libertação dos reféns israelenses, mais ajuda humanitária a Gaza e um cessar-fogo.

Ajuda - Quatro dias depois, Biden aprovou o envio de 1,8 mil bombas Mark 84 de 900 quilos para Israel. Em 2023, segundo o Council on Foreign Relations, os EUA enviaram US$ 3,8 bilhões em armas aos israelenses - o acordo entre os dois países prevê o uso do dinheiro para comprar equipamento americano ou pagar por serviços e treinamento.

Na segunda-feira, 1º, mesmo dia em que Israel matou os sete voluntários da WCK, os EUA anunciaram o envio de um novo carregamento de 2 mil bombas para Israel.

Israel demite dois oficiais após morte de trabalhadores humanitários em Gaza

As Forças de Defesa de Israel (FDI) afirmaram ontem, 5, que demitiram dois oficiais e repreenderam outros três por seus papéis nos ataques de drones em Gaza que mataram sete trabalhadores humanitários da ONG World Central Kitchen (WCK) em uma missão de entrega de alimentos, dizendo que eles haviam ignorado informações críticas e violado as regras de engajamento do Exército.

As conclusões da investigação de um general reformado sobre as mortes que ocorreram na terça-feira, 2, ressaltam um raro pedido de desculpas de Israel, que está sendo pressionado por aliados como os EUA por não fazer o suficiente para proteger os civis em Gaza em meio a guerra com o grupo terrorista Hamas. O Exército apontou que os resultados da sua investigação foram entregues ao advogado-geral dos militares, que decidirá se os oficiais ou qualquer outra pessoa envolvida nas mortes devem receber mais punições ou ser processados. Um dos demitidos era major e o outro coronel. O oficial mais sênior era chefe do Comando Sul de Israel. É provável que as conclusões renovem o ceticismo sobre a tomada de decisões dos militares israelenses. Grupos de ajuda humanitária e organizações de direitos humanos acusam as forças israelenses de disparos imprudentes contra civis durante o conflito, uma acusação que Israel nega.

Alemanha: ministro da Defesa anuncia plano para tornar forças armadas "capazes de guerra"

O ministro da defesa da Alemanha anunciou, quinta-feira, 4, um plano para simplificar e reorganizar o comando militar do país como parte dos esforços para tornar suas forças armadas "capazes de guerra".

O chanceler Olaf Scholz deu início a um grande aumento nas despesas militares pouco depois da invasão em grande escala da Ucrânia pela Rússia no início de 2022, que descreveu como um "ponto de virada".

O ministro da Defesa, Boris Pistorius, assumiu no ano passado a tarefa de reformar as forças armadas, a Bundeswehr, e em novembro apelou a uma revisão da sua estrutura. Pistorius apontou para o perigo de um possível futuro ataque russo a um país da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e disse repetidamente que os militares alemães devem ser "capazes de guerra", uma escolha de palavras que alguns na Alemanha consideram chocante, dada a longa cautela pós-Segunda Guerra Mundial do país.

O seu plano de revisão prevê um único "comando militar operacional", que ele espera que permita decisões rápidas. Atualmente, a Bundeswehr tem dois centros de comando: um responsável pelo planejamento e execução de destacamentos no estrangeiro e outro pela defesa da própria Alemanha.

Rússia: diplomata diz que negociações de paz com Ucrânia só avançarão se contemplarem Moscou

(Foto: EBC)



O ministro acusou os aliados ocidentais da Ucrânia de estarem envolvidos numa enorme campanha diplomática para persuadir o maior número possível de países do Sul Global a participar de uma reunião na Suíça para discutir um potencial plano de paz.

O principal diplomata da Rússia, o ministro dos Negócios Estrangeiros Sergey Lavrov, alertou hoje que as futuras negociações para acabar com os combates na Ucrânia só poderão ser bem-sucedidas se levarem em conta os interesses de Moscou. O ministro acusou os aliados ocidentais da Ucrânia de estarem envolvidos numa enorme campanha diplomática para persuadir o maior número possível de países do Sul Global a participar de uma reunião na Suíça para discutir um potencial plano de paz.

Ele enfatizou que quaisquer negociações de paz seriam uma "perda de tempo inútil" se não levassem em conta os interesses de Moscou.

Falando aos jornalistas após uma reunião com cerca de 70 embaixadores estrangeiros em Moscou, Lavrov argumentou que o Ocidente quer aumentar a participação na rodada de negociações na Suíça, alegando que os seus participantes seriam livres para discutir apenas certos aspectos da decisão do presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky.

Lavrov descreveu tais argumentos como uma manobra ocidental para atrair países mais hesitantes do Sul Global e atrair até 140 participantes, a fim de apresentar a conferência como uma demonstração de apoio esmagador em todo o mundo à Ucrânia.

França: Macron refuta comentário russo sugerindo papel de Kiev e Paris em ataque a Moscou

O presidente francês, Emmanuel Macron, classificou, quinta-feira, como "ridículos" os comentários do ministro da Defesa da Rússia sugerindo que a Ucrânia e a França poderiam ter exercido um papel no ataque a uma casa de shows perto de Moscou no mês passado.

Os comentários de Macron foram feitos um dia depois de um raro telefonema entre os ministros da Defesa francês e russo, que posteriormente levou a declarações divergentes na mídia.

Um comunicado do Ministério da Defesa russo citou que o chefe da pasta, Sergei Shoigu, disse ao seu colega francês que "o regime de Kiev não faz nada sem a aprovação de seus manipuladores ocidentais" e que o governo de Moscou "esperava que os serviços especiais franceses não estivessem envolvidos nisso ."

Macron disse que tais comentários "eram, afinal, barrocos e ameaçadores, o que não é novidade", enquanto falava aos jornalistas nos bastidores da cerimônia de inauguração de uma piscina construída para os Jogos Olímpicos de Paris num subúrbio ao norte da capital francesa. "Em outras palavras, é ridículo", acrescentou Macron.

Terremoto de magnitude 4,8 atinge região metropolitana de Nova York

Um terremoto abalou a densamente povoada área metropolitana da cidade de Nova York, nos Estados Unidos, na manhã da última sexta-feira, 5, segundo o Serviço Geológico dos EUA, com moradores relatando que sentiram estrondos na região. De acordo com o serviço, o terremoto pode ter sido sentido por 42 milhões de pessoas.

A agência relatou um terremoto com magnitude preliminar de 4,8, perto da cidade de Líbano, em New Jersey. O Corpo de Bombeiros de Nova York afirmou que não houve relatos iniciais de danos. O prefeito de Nova York, Eric Adams, foi informado sobre o terremoto, segundo seu porta-voz, Fabien Levy. "Embora não tenhamos nenhum relatório de grandes impactos neste momento, ainda estamos avaliando o impacto".

(Foto: Divulgação)



As escolas públicas da cidade de Nova York não relataram sinais imediatos de danos ou edifícios comprometidos, segundo Nathaniel Styer, um porta-voz. "O lugar mais seguro para os nossos filhos neste momento é nas nossas escolas, as escolas estão funcionando normalmente." O sistema de notificação de emergência da cidade de Nova York afirmou em uma postagem nas redes sociais, mais de 30 minutos após o terremoto, que não havia relatos de danos ou feridos na cidade.

O porta-voz também pediu para que os nova-iorquinos se prepararem para um tremor secundário, postando nas redes sociais: "Em caso de tremor secundário, caia no chão, cubra a cabeça e o pescoço e proteja-se adicionalmente sob uma peça sólida de mobilia, próximo a uma parede interna ou em uma porta ".

Embora os terremotos em Nova York sejam uma surpresa, os especialistas sabem que o solo nem sempre é estável. Um estudo de 2008 descobriu que um terremoto de magnitude de 5 ocorria na área aproximadamente uma vez por século. Uma magnitude ainda maior, 7, é estimada uma vez a cada 3.400 anos.

A cidade de Nova York adicionou protocolos de segurança contra terremotos ao seu código de construção em 1995, mas a maioria dos cerca de 1 milhão de edifícios da cidade foram construídos antes disso. Muitos são considerados "vulneráveis" a terremotos, segundo a cidade.

Brasil deixa de apoiar comissão de inquérito da ONU sobre crimes de guerra na Ucrânia

O governo brasileiro se absteve numa votação no Conselho de Direitos Humanos (CDH) das Nações Unidas e deixou de apoiar um pedido de extensão do prazo de trabalho da comissão de inquérito sobre crimes de guerra na Ucrânia. A comissão havia sido criada em março de 2022, com voto favorável do Brasil, após a invasão do território ucraniano por tropas russas.

O Brasil foi um dos 17 países que se abstiveram na votação, realizada na última quinta-feira, dia 4, em Genebra, na Suíça. A resolução, no entanto, foi aprovada por 27 votos a favor e 3 contra.

Com isso o mandato da Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre a Ucrânia foi renovado por um novo período de um ano. Em abril de 2023, a comissão de inquérito havia sido postergada por 12 meses - ela seria encerrada caso não recebesse a nova extensão do mandato agora. No ano passado, o Brasil não era parte do conselho e portanto não participou da votação.

O Estadão pediu esclarecimentos ao Itamaraty sobre o que motivou a abstenção do Brasil e questionou se o posicionamento não se choca com políticas do atual governo de promoção dos direitos humanos. Até o momento não houve resposta. O espaço segue aberto para manifestação.

Durante a votação na última quinta-feira, o embaixador Tovar da Silva Nunes, representante permanente do Brasil junto às Nações Unidas em Genebra, afirmou que os termos da resolução aprovada poderiam impedir o diálogo entre os dois lados na guerra.

Tovar Nunes ponderou que o País manifesta "profunda preocupação" com a situação na Ucrânia, "particularmente com as alegadas violações envolvendo crianças deslocadas e deportadas, ataques a civis e crescentes números de mortes".

"No entanto, permanecemos descontentes com o texto diante de nós A resolução é desequilibrada e coloca o fardo das violações dos direitos humanos apenas em um lado do conflito, não deixando espaço suficiente para o diálogo que poderia criar condições para prevenir violações de direitos humanos e construir uma paz duradoura na região", afirmou o chefe da missão brasileira em Genebra.

"Desde a sua criação em 2002, o Brasil argumentou que a comissão de inquérito não parecia ser o mecanismo adequado para revisar os fatos no terreno. No momento de sua concepção, referências a processos judiciais futuros antecipavam o resultado das investigações propostas. À luz desses fatos, o Brasil vai se abster nesta resolução."

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

GERAL

EDIÇÃO NACIONAL

Justiça mantém condenação de 50 anos a ex-deputada Flordelis

A 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) negou, por unanimidade, recurso de apelação da ex-deputada federal Flordelis e manteve sua condenação a 50 anos de prisão. Ela foi considerada culpada pela participação no assassinato de seu marido, o pastor Anderson do Carmo, em junho de 2019. As condenações de Flordelis são por homicídio triplamente qualificado, tentativa de homicídio duplamente qualificado, uso de documento falso e associação criminosa armada, segundo o TJRJ.

Os desembargadores também decidiram manter as condenações, pela participação no mesmo crime, de Simone dos Santos Rodrigues, filha biológica de Flordelis; de Adriano dos Santos Rodrigues, filho biológico da ex-parlamentar; e de Carlos Ubiraci Francisco da Silva, filho afetivo.

A 2ª Câmara Criminal também decidiu anular a absolvição, pelo Tribunal do Júri de Niterói, de outras três pessoas acusadas de participar do crime: Rayane dos Santos, neta biológica da ex-deputada; Marzy Teixeira e André Luiz de Oliveira, ambos filhos adotivos. Eles serão submetidos a novo julgamento pelo júri.

Decisão do STF sobre dados do Coaf pode acelerar investigações, diz diretor da PF

O diretor-geral da Polícia Federal (PF), Andrei Passos Rodrigues, disse que a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação ao compartilhamento de dados de inteligência do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) com a corporação é um avanço "importante". Na terça-feira, 2, a Primeira Turma da Corte manteve decisão do ministro Cristiano Zanin que permite que a PF solicite relatórios sem autorização judicial prévia.

Rodrigues afirmou que a decisão "consolida e pacifica o entendimento que as comunicações de dados não necessitam de autorização judicial". Em entrevista ao blog da jornalista Camila Bomfim, do G1, publicada nesta quinta-feira, 4, o chefe da PF disse que as investigações podem se tornar mais rápidas, "seja para as comunicações, seja por pedido nosso".

O colegiado do STF decidiu chancelar a decisão de Zanin que, em novembro de 2023, derrubou um ato do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que dizia que os relatórios do Coaf não poderiam ser requeridos diretamente pela PF no curso de inquérito.

MPF entra com ação para mudar nome de quartel em MG que remete ao golpe de 1964

A Procuradoria da República em Minas tenta, na Justiça, mudar o nome do Batalhão do Exército em Juiz de Fora de onde partiram as primeiras tropas do golpe militar de 1964.

O nome oficial do quartel é 4.ª Brigada de Infantaria Leve de Montanha, mas a instalação é conhecida como "Brigada 31 de Março", em referência ao dia do golpe. De acordo com o site institucional da unidade militar, o nome foi escolhido por causa do "papel decisivo e corajoso" da brigada na "eclosão da revolução democrática".

Para o Ministério Público Federal, a homenagem é "repugnante e cínica". "É estarrecedor - embora não de todo surpreendente - que o Exército brasileiro mantenha de forma tão acintosa uma homenagem ao Golpe Militar de 1964", diz um trecho da ação. Os procuradores Francisco de Assis Floriano e Calderano e Thiago Cunha de Almeida, que assinam a ação, argumentam que a nomeação de órgãos públicos deve se submeter aos valores previstos na Constituição.

"O Golpe Militar que instituiu a ditadura não pode ser motivo de orgulho em um regime democrático", acrescentam. "O apagamento da violência é repetição da violência."

O Comando do Exército já proibiu que suas instalações sejam nomeadas em referência a "eventos (feitos), datas, tradições ou locais controversos".

Allan dos Santos descumpre decisão de Moraes e abre 39ª conta no Instagram

O blogueiro bolsonarista Allan dos Santos voltou a criar uma conta no Instagram, o que contraria decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que baniu sua participação em redes sociais em 2021. De acordo com Santos, essa é sua 39ª conta, e na biografia ele escreve: "Não vão me calar!". Criada terça-feira, 03, o perfil já possui oito publicações.

Foragido da Justiça brasileira, Santos vive nos Estados Unidos desde 2020, onde burla sucessivamente a proibição do STF com criação de novos perfis nas redes sociais. Em dezembro de 2023, ele havia criado mais uma conta no Instagram, sendo o 38º perfil

Em um vídeo fixado na rede social, o blogueiro informa que a antiga conta foi removida por causa de uma live que ele vai fazer.

"Tem gente que pensa que é marketing, tem gente que pensa que estou brincando, minha conta 38 caiu com mais de 235 mil seguidores. Sabe por que? Porque vou fazer uma live no dia 9 para mostrar pra vocês porque eles querem me calar", disse.

Em outras postagens, Santos pede que apoiadores comentem na publicação, além de mostrar uma declaração que recebeu do cantor Zezé Di Camargo em show realizado em Miami. "Allan, falar uma coisa aqui, você representa milhões de brasileiros, principalmente a mim", disse o cantor.

Em outro vídeo, o bolsonarista comenta sobre o que as pessoas podem fazer como "meio eficaz de informação". "A Damares Alves quando era pastora denunciava tráfico de crianças e tudo que estava acontecendo e isso nunca chegava na população. Depois que ela virou ministra, ela pôde expor algumas coisas, mas mesmo assim a imprensa não quis dar atenção a isso. Um filme recente ganhou as bilheterias dos Estados Unidos denunciando tráfico de crianças. E, dessa vez, não deu mais para ignorar".

"Você consegue imaginar o que teria acontecido com os judeus se eles pudessem avisar ao mundo o que estava acontecendo na Alemanha nazista com um meio eficaz de informação? Você sabe o que acontece quando uma pessoa vitimada por um tirano consegue fazer quando ela tem informação para dizer ao mundo inteiro o que está acontecendo?", diz Santos no vídeo.

Recife recebe R$ 40 milhões para obras imediatas em encostas

O ministro das Cidades, Jader Filho, e o prefeito de Recife, João Campos, assinaram, ontem (5), ordem de serviço para obras de contenção de encostas na capital pernambucana. O ato ocorreu em cerimônia com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em Recife, e prevê investimento de R$ 40 milhões a partir de convênio entre a gestão municipal e o governo federal.

Em discurso, Lula afirmou que também é dever do governo federal valorizar as obras de pequeno valor, que podem ser aquelas que mais beneficiam a população. Mas, para ele, a garantia de recursos depende dos bons projetos apresentados por prefeituras. "Não é o discurso que arruma dinheiro, o que arruma dinheiro é o projeto. [...] Se você [prefeito] faz um projeto bem feito, não tem como você [governo federal] dizer que não vai dar dinheiro", disse.

"Às vezes, uma obra de R$ 10 milhões ou de R$ 5 milhões para a comunidade vale mais do que um viaduto de bilhões, vale mais do que um aeroporto de R$ 6 bilhões ou 7 bilhões que o pobre nunca vai chegar nem perto. Então, quando você vai visitar uma obra de R$ 5 bilhões, você está exatamente diante do beneficiário, ele está vendo que aquilo foi feito para ele", destacou Lula. "Muitas vezes, se a gente não cuida de uma coisa que custava R$ 10 milhões. Aí, quando dá uma enchente ou quando dá uma chuva que desbarranca o morro inteiro, aquilo que ia custar R$ 10 milhões vai custar R$ 200 milhões, R$ 300 milhões e, às vezes, vai custar vida que a gente não pode devolver", acrescentou o presidente.

(Foto: EBC)



Em discurso, Lula afirmou que também é dever do governo federal valorizar as obras de pequeno valor, que podem ser aquelas que mais beneficiam a população.

No Recife, a execução de encostas definitivas será feita em cinco lotes de obras e vão beneficiar 13 bairros e comunidades da capital pernambucana. As obras serão iniciadas ainda no mês abril e devem garantir a segurança em períodos de chuvas de 717 famílias que residem em áreas de risco.

De acordo com o prefeito João Campos, mais R$ 12 milhões deverão ser liberados pelo governo federal na semana que vem, em outro convênio, totalizando R$ 52 milhões para proteção de encostas.

"Quando a gente faz uma obra de proteção dessas, a gente garante que as famílias não precisarão ser reassentadas, levadas para longe dos seus vínculos afetivos. Custa muito mais uma unidade habitacional pelo Minha Casa, Minha Vida, é muito mais caro do que o custo familiar de uma obra dessa. E a gente garante que as famílias estarão onde cresceram, onde convivem, onde têm os seus familiares", disse o gestor.

Nunes e Tarcísio exoneram secretários que podem concorrer nas eleições municipais

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), e o governador do Estado, Tarcísio de Freitas (Republicanos), exoneraram ontem, 5, ocupantes de cargos de chefia, como secretários e diretores, que pretendem concorrer a algum cargo nas eleições municipais de 2024. As saídas ocorrem no último dia do prazo legal para a filiação partidária de quem pretende ser candidato no pleito deste ano.

No primeiro escalão da capital paulista, cinco mudanças publicadas na edição do Diário Oficial desta sexta tem relação com a eleição. Os secretários Carlos Bezerra Júnior, de Assistência Social, Aline Torres, de Cultura, e Elza Paulina, de Segurança Urbana, foram exonerados para tentar concorrer a uma cadeira na Câmara Municipal paulistana. Carlos Fernandes, secretário-executivo de Segurança Alimentar, Nutricional e Abastecimento, um dos braços da pasta de Direitos Humanos, também deixou o cargo.

Quanto aos diretores de autarquias públicas, foi publicada a exoneração de Cezar Azevedo, presidente da SP Urbanismo, que quer concorrer a vereador na capital. Também se espera que Alexandre Pereira, diretor-geral da Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura, deixe o posto para concorrer a prefeito de Jundiaí, no interior paulista. A saída de Pereira, entretanto, ainda não foi oficializada.

Além dos secretários que deixam os postos para disputar a eleição municipal, há outras exonerações, como de Aline Cardoso, da pasta de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, que participará da pré-campanha de Nunes, e de Marcos Gadelho, que atuava na Secretaria de Urbanismo e Licenciamento, por motivos pessoais.

Os dois já tiveram substitutos oficializados: Eunice Aparecida, que estava na pasta de Justiça, vai para a de Desenvolvimento Econômico, enquanto a de Urbanismo será assumida por Elisabete França, que estava como secretária-executiva do programa de mananciais. A Secretaria Executiva de Segurança Alimentar também já tem um novo titular nomeado: no lugar de Carlos Fernandes entra Aurelio Costa de Oliveira.

Captura evidencia 'modelo correto' de atuação das forças de segurança do Estado, diz Sarrubbo

O secretário nacional de Segurança Pública, Mário Sarrubbo, disse que a prisão dos dois fugitivos de Mossoró mostra que o combate ao crime organizado está no caminho certo, evidenciando um "modelo correto" de atuação integrada entre todas as forças de segurança do Estado. "Foi um trabalho conjunto de estratégia e foi uma operação de sucesso", disse em entrevista concedida ontem, 5, à Globonews, destacando que eles não pretendiam levar 50 dias para a captura, mas o importante é que tudo deu certo, e agora seguir em frente com novas medidas.

Na entrevista, o secretário disse que há um esforço conjunto de todos os entes federativos, incluindo os Estados, para o combate às facções e ao crime organizado também. Ele disse que os fugitivos tiveram auxílio de facção. "Agora é olharmos para frente e corrigir o que estava errado, quando assumimos."

Lavagem de dinheiro - Sarrubbo disse que os consórcios de governadores estão enviando propostas para o combate ao crime e que o Congresso Nacional é o palco mais adequado para essas discussões. "Os ajustes são necessários, incluindo aspectos legislativos", emendou. "Facção criminosa é uma empresa que busca o lucro, por isso estamos atentos à lavagem de dinheiro", ressaltou.

O secretário destacou mais de uma vez a importância da atuação de todo o Estado brasileiro no combate ao crime organizado. Ele disse que esse combate deve ser pensado de forma integrada, envolvendo Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, as polícias estaduais - Militar, Civil - além de Receita Federal e Coaf. Sarrubo defende também a participação do Ministério Público no debate.

Nesta quinta, 4, os dois foragidos de Mossoró foram presos, 51 dias depois de terem escapado da penitenciária. Deibson Cabral e Rogério Mendonça, ligados ao Comando Vermelho, formaram o que o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, chamou de "comboio do crime" para tentar sair do País. Eles usaram até um barco para se deslocar do Ceará para o Pará, onde foram capturados.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Lula sanciona o "SUS da Cultura", que define a gestão do setor no país

Em viagem ao Recife, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou de uma cerimônia para marcar a sanção do projeto de lei que institui marco regulatório do Sistema Nacional de Cultura (SNC), na noite de quinta-feira (4). O evento lotou o Teatro Luiz Mendonça, na capital pernambucana, e contou com a participação da ministra da Cultura, Margareth Menezes, de autoridades, artistas e realizadores culturais.

Previsto na Constituição Federal, o SNC é definido pelos princípios de diversidade das expressões culturais, da universalização do acesso aos bens e serviços culturais e do fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais. A estrutura de governança do sistema é dividida de forma colaborativa entre diferentes entes da Federação (União, estados e municípios), por meio de órgãos gestores, conselhos, conferências, comissões, planos de cultura, entre outros instrumentos de política pública e participação social.

"O que seria do mundo se não fosse a cultura, se não fosse a arte, a música, a dança, a pintura? Se não fossem vocês? Aquela pessoa que levanta todo dia de manhã tentando fazer alguma coisa para despertar o interesse em outra pessoa", afirmou Lula à uma plateia repleta de artistas e fazedores de cultura.

Em discurso, o presidente destacou o papel do Congresso Nacional na aprovação da medida que, "apesar de ser maioria conservadora, teve a competência de entender que a cultura é parte da alma de uma nação".

"Este sistema, a exemplo do Sistema Único de Saúde, do Sistema Único de Assistência Social e do Sistema Único de Segurança Pública, dá as condições para a estruturação de uma política cultural no Brasil, onde a União, os estados e os municípios têm papeis bem definidos e muito claros. Todos cumprindo uma ação de financiar esse sistema, mas cada um com suas responsabilidades na execução da política pública", explicou o senador Humberto Costa (PT-PE), relator do projeto no Senado. O PL 5.206/2023, como nomeado durante a tramitação, foi aprovado pelo Congresso Nacional no mês passado.

A ministra Margareth Menezes lembrou que o SNC era uma anseio do setor cultural pelo menos desde 2005, e agora consolida a existência permanente do Ministério da Cultura, pasta que havia sido extinta pelo governo anterior. "A chegada do nosso Sistema Nacional de Cultura efetivará a existência do Ministério da Cultura no Brasil", disse. Ela anunciou a abertura de escritório do ministério em todos os estados e comparou o Sistema Nacional de Cultural com o SUS.

"Teremos representação do MinC em todos os estados do Brasil. E teremos os agentes culturais, para chegar naqueles lugares onde nunca chegaram as ações culturais. Será como o agente [de saúde] do SUS".

Margareth Menezes também destacou o papel das leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo, que, juntas, preveem fomento cultural de quase R$ 7 bilhões ao longo dos próximos anos, para financiar atividades culturais e assegurar repasses para que estados e municípios executem a política pública na ponta.

Cantora e compositora baiana, a ministra da Cultura se emocionou durante o discurso na cerimônia de sanção do SNC e defendeu o setor como importante no desenvolvimento da economia do país.

"Somos mais de 5 milhões de pessoas que trabalham nas indústrias das economias criativas. O setor cultural é responsável por 3,11% do Produto Interno Bruto [PIB] do Brasil. Essa perseguição, a dúvida sobre o porquê investir na cultura, essa é a resposta. Nós participamos do desenvolvimento da economia, damos retorno na economia brasileira", destacou. Ainda segundo Margareth, a pasta encomendou uma pesquisa para avaliar o retorno das políticas culturais na geração de emprego e renda.

(Foto: EBC)



Em discurso, o presidente destacou o papel do Congresso Nacional na aprovação da medida que, "apesar de ser maioria conservadora, teve a competência de entender que a cultura é parte da alma de uma nação".

Cota na USP: Justiça autoriza aluno barrado por banca a frequentar aulas de Medicina

(Foto: EBC)



A Justiça de Cerqueira César, no interior do Estado, concedeu, ontem, 5, liminar para permitir que o estudante Alison dos Santos Rodrigues, de 18 anos, seja matriculado no curso de Medicina da Universidade de São Paulo (USP).

A efetivação da matrícula havia sido barrada pela instituição após a banca de heteroidentificação não ter considerado o candidato como pardo, como ele pleiteava.

Em decisão provisória, o juiz Danilo Martini de Moraes Ponciano de Paula determinou que a USP permita que Alison frequente as aulas no prazo de 72 horas sob pena de multa de R$ 500 por dia de atraso, limitada ao teto de R$ 20 mil.

Nesta semana, provocada a se manifestar no processo, a universidade havia descrito o estudante como sendo "de pele clara", com "boca e lábios afilados" e que o "cabelo raspado", o que impediu a bancada de identificá-lo adequadamente.

Para o magistrado, o candidato, aprovado por meio do Provão Paulista, foi prejudicado no processo de avaliação por ter sido submetido à etapa de confirmação de sua autodeclaração de forma virtual, "enquanto os candidatos oriundos da Fuvest puderam ser avaliados em entrevista presencial".

"Com efeito, a avaliação presencial poderia ter surtido resultado diverso, à medida que condições de iluminação e definição de equipamentos eletrônicos podem gerar distorções."

O juiz pontuou ainda que, a partir do parecer da comissão que negou o recurso ao aluno, é possível concluir que "a fundamentação exarada, ao menos em sede de cognição sumária, mostra-se genérica, sem referência específica às condições do candidato e em aparente contradição com as fotografias trazidas aos autos pela parte autora (Alison)", escreveu na decisão.

A advogada Giulliane Jovitta Basseto Fittipald, que representa Alison no processo, emitiu nota após a manifestação da USP no processo para ressaltar que "é evidente o erro de julgamento da comissão (da universidade) e a ausência de razoabilidade em sua decisão, bem como é nítido que os parâmetros utilizados pela Comissão de Heteroidentificação são absolutamente subjetivos, sem critérios adequados para serem aferidos".

AGU: decisão sobre 'quebra' da coisa julgada vai reforçar caixa da União em R$ 6,23 bi

O ministro da Advocacia-Geral da União (AGU), Jorge Messias, comemorou na quinta-feira, 4, a confirmação da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a chamada "quebra" da coisa julgada" em temas tributários. De acordo com o ministro, o caso tem impacto positivo de R$ 6,23 bilhões para os cofres públicos a partir da cobrança de tributos não pagos no passado. Nesta semana, os ministros decidiram manter a decisão que autorizou a Receita a cobrar valores referentes à Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) não pagos desde 2007. Ao todo, 24 empresas são impactadas pela decisão.

Elas haviam obtido, no passado, autorização na Justiça para não recolher a CSLL. Mas, em fevereiro de 2023, o Supremo entendeu que o tributo era devido desde 2007, quando a Corte julgou a cobrança constitucional. "Trabalho impecável dos Procuradores da Fazenda Nacional e medida de grande justiça fiscal. Com iniciativas como essa, conseguiremos, a partir dos recursos recebidos, entregar mais direitos ao povo brasileiro, saúde, educação entre outros", disse Messias no X (ex-Twitter).

Na sessão da quinta-feira, o Supremo decidiu atender a uma parte do pedido dos contribuintes para diminuir o impacto da decisão. Por 6 a 5, os ministros afastaram a aplicação de multas moratórias e punitivas decorrentes do não pagamento.

Eles entenderam que, como as empresas tinham decisões com "trânsito em julgado" a seu favor, não é possível falar em "má-fé" e não cabe punição. Durante o julgamento, o ministro Gilmar Mendes disse que o afastamento da multa reduz o impacto da decisão em cerca de R$ 1 bilhão.

No PE, Lula faz elogios a João Campos, na expectativa de articulação para chapa

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez elogios ao prefeito de Recife, João Campos (PSB), em meio à expectativa de o chefe do Executivo articular um nome para compor a chapa do prefeito à reeleição. Segundo Lula, João Campos terá um "futuro político excepcional".

"Pense num menino esperto, jeitoso, pense num cabra jeitoso, está seguindo o caminho do pai, daqui a pouco está melhor", afirmou o petista em evento de assinatura de ordens de serviço para construção de encostas em Recife ontem, 5. João Campos participou do evento ao lado do presidente.

João Campos é filho do ex-governador Eduardo Campos, que morreu em agosto de 2014 vítima de um acidente de avião em Santos (SP) durante a campanha à Presidência. "Minha relação com o Eduardo era uma coisa muito forte", comentou Lula. "Eduardo trabalhava muito com projeto, e levava as coisas… E assim é o João, acho que mais esperto, porque aprendeu do pai e da mãe", acrescentou.

João Campos foi eleito prefeito de Recife em 2020. No pleito, se mostrou o mais jovem prefeito eleito em uma capital e também o mais novo a atingir o cargo na história da maior cidade de Pernambuco. "Com essa idade, ele tem um futuro político excepcional e sabe que tem que trabalhar e fazer as coisas corretas", disse o petista. "Ter um presidente e um governo que são parceiros ajuda muito", acrescentou Lula.

Percival de Souza, do 'Cidade Alerta', deixa a Record após 21 anos na emissora

O jornalista e comentarista policial Percival de Souza deixou a TV Record após 21 anos na emissora, de acordo com comunicado divulgado na quinta-feira, 4. Apesar de encerrar seu trabalho no Cidade Alerta, não significa o fim da parceria com a Rede Record: o jornalista foi convidado para continuar em projetos desenvolvidos nas plataformas digitais, como o podcast Arquivo Vivo, em que analisa crimes antigos.

"Sua atuação como comentarista de segurança no Cidade Alerta, e em outras atrações, foi inestimável para nossa história e ajudou a construir a reputação do jornalismo de verdade do canal, pautado pela credibilidade e imparcialidade", afirmou a Record no comunicado. "Desejamos muito sucesso para a sequência dessa trajetória brilhante". Aos 80 anos, Percival passou alguns meses afastado da televisão por motivos de saúde, após um procedimento de cateterismo no coração. Percival deu início à sua carreira no jornalismo ainda na adolescência, na Folha de S.Paulo. Ao longo de sua trajetória, ele atuou em veículos impressos, TV e rádio, como Quatro Rodas, Jornal da Tarde, Notícias Populares e Auto Esporte. Começou na Record em 2003.

Como especialista em jornalismo investigativo na área de segurança, ganhou fama no Cidade Alerta. Na edição do programa que foi ao ar na quinta-feira, 4, o apresentador Luiz Bacci agradeceu o veterano. "Espero que você colha o que você colheu nesses anos, Percival. Você foi como um pai para mim", disse ele.

Percival também é escritor de vários livros, dentre eles títulos premiados: Narcoditadura: o Caso Tim Lopes, que recebeu Menção Honrosa no Prêmio Vladimir Herzog; Autópsia do Medo, biografia do delegado Sérgio Paranhos Fleury; e Eu, Cabo Anselmo, entrevista com o maior agente duplo do regime militar no país. Ele ganhou quatro prêmios Esso de Jornalismo.

Escritora Roseana Murray é atacada por pitbulls no RJ; estado é grave

A escritora e poeta carioca Roseana Murray, de 73 anos, foi atacada por três cães da raça pitbull ontem, 5, em Saquarema, região dos lagos do Rio de Janeiro. O ataque ocorreu no bairro Gravatá no início da manhã e, segundo a Secretaria de Estado de Saúde, o quadro da escritora é considerado grave.

Ferida na cabeça e nos braços, Murray foi socorrida pelo Corpo de Bombeiros e encaminhada ao Hospital Estadual Alberto Torres, em São Gonçalo.

O caso foi registrado na 124ª DP, em Saquarema, para onde o tutor dos animais foi encaminhado após o ocorrido. Ele prestou depoimento no local e, de acordo com a Polícia Civil, os fatos seguem sendo apurados em investigação.

Quem é Roseana Murray?

Roseane Murray é um dos nomes mais reconhecidos da literatura infantil brasileira e tem livros publicados pelas maiores editoras do País, como Suspiros de Luz (Escarlate, selo da Companhia das Letras) e Jardins (Grupo Editorial Global). A escritora nasceu no Rio de Janeiro, em 1950. Formada em Literatura e Língua Francesa em 1973, na Universidade de Nancy, ela já tem mais de 100 livros publicados e recebeu prêmios importantes, incluindo quatro vezes "O Melhor de Poesia", da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ).

Por Jardins, recebeu o Prêmio Academia Brasileira de Letras para livro infantil, em 2002. Roseane também faz parte da Lista de Honra do Organismo Internacional I.B.B.Y, que inclui os melhores escritores de literatura infanto-juvenil do mundo.

Ela mantém um canal no YouTube, em que apresenta seus livros ao público, além de um site. Roseane também trabalha com o Projeto de Leitura Café, Pão e Texto, recebendo escolas públicas em sua casa para falar de literatura.

A escritora tem dois filhos e, desde 1997, é casada com o jornalista e escritor Juan Arias, de 91 anos.

MDIC vê 'grande' aumento de volume importado das 3 principais categorias no 1º tri

O diretor de Estatísticas e Estudos de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Herlon Brandão, destacou, quinta-feira, 4, que houve "grande" aumento de volume importado nas três principais categorias da balança comercial do primeiro trimestre: bens de capital (15,4%), bens intermediários (11,1%) e bens de consumo (22,8%). "Eu destaco o aumento do volume importado de bens de capital e de bens de consumo", disse Brandão em coletiva sobre os dados da balança de março.

A exceção ficou por conta da importação de combustíveis, que registrou queda tanto no volume (-13,7%) quanto no preço (-9,1%) "O Brasil vem dependendo cada vez menos de combustível importado", disse o técnico do MDIC.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

ESPORTES

EDIÇÃO NACIONAL

BRASILEIRÃO 2024
A BOLA VAI ROLAR!!!

Confira a tabela com as primeiras rodadas do campeonato que começa no dia 13/4

JOGOS DA 1ª RODADA

13/04		
Internacional	x	Bahia
Criciúma	x	Juventude
Fluminense	x	Bragantino
São Paulo	x	Fortaleza
14/04		
Atlético-GO	x	Flamengo
Vasco	x	Grêmio
Corinthians	x	Atlético-MG
Athletico	x	Cuiabá
Cruzeiro	x	Botafogo
Vitória	x	Palmeiras

JOGOS DA 2ª RODADA

16/04		
Bahia	x	Fluminense
Grêmio	x	Athletico
Atlético-MG	x	Criciúma
17/04		
Bragantino	x	Vasco
Fortaleza	x	Cruzeiro
Juventude	x	Corinthians
Palmeiras	x	Internacional
Flamengo	x	São Paulo
18/04		
Botafogo	x	Atlético-GO
Cuiabá	x	Vitória

JOGOS DA 3ª RODADA

20/04		
Fluminense	x	Vasco
Grêmio	x	Cuiabá
Bragantino	x	Corinthians
Atlético-MG	x	Cruzeiro
Vitória	x	Bahia
21/04		
Palmeira	x	Flamengo
Athletico	x	Internacional
Botafogo	x	Juventude
Atlético-GO	x	São Paulo
Criciúma	x	Fortaleza

JOGOS DA 4ª RODADA

27/04		
Vasco	x	Criciúma
Cuiabá	x	Atlético-MG
Bahia	x	Grêmio
28/04		
Flamengo	x	Botafogo
Cruzeiro	x	Vitória
Corinthians	x	Fluminense
Fortaleza	x	Bragantino
Juventude	x	Athletico
Internacional	x	Atlético-GO
29/04		
São Paulo	x	Palmeiras

FONTE | CBF — INFOGRAFFO

Chuva atrapalha e Piastri lidera 2º treino livre do GP do Japão de F-1

A chuva foi a grande protagonista do segundo treino livre do GP do Japão de Fórmula 1, no Circuito de Suzuka, na madrugada da última sexta-feira, pelo horário de Brasília. O mau tempo atrapalhou o início da segunda atividade do dia e o australiano Oscar Piastri aproveitou a oportunidade para se destacar.

O piloto da McLaren foi o mais veloz da sessão, com o tempo de 1min34s725. Para efeito de comparação, foi mais de quatro segundos mais lento que o líder do primeiro treino - Max Verstappen anotara 1min30s056 no começo do dia, sem chuva. Piastri completou apenas sete voltas no traçado.

Lewis Hamilton também foi para a pista e obteve o segundo melhor tempo, com 1min35s226, após seis voltas. O piloto da Mercedes e seu companheiro de equipe, o também inglês George Russell, também já haviam ido bem no primeiro treino. Hamilton tratou a primeira sessão do dia como a melhor da equipe nesta temporada até agora.

Na prática, os pilotos registraram suas melhores marcas na segunda sessão somente nos minutos finais, quando a chuva baixou Mesmo assim, muitos evitaram ir para a pista para poupar os pneus intermediários.

Outros ficaram na dúvida entre os pneus slicks, para pista seca, e os intermediários, em razão das condições do asfalto, que não estava encharcado, mas tampouco seco. Os pilotos da Red Bull, por exemplo, não foram para a pista no segundo treino. Na Ferrari, Charles Leclerc completou apenas quatro voltas. O espanhol Carlos Sainz Jr., vencedor da prova passada, na Austrália, foi ainda mais econômico: somente três giros no traçado japonês.

No total, apenas 13 pilotos foram para o asfalto na segunda sessão. E, destes, somente cinco registraram voltas rápidas: Piastri, Hamilton, Leclerc, Yuki Tsunoda e Daniel Ricciardo, os dois últimos da equipe RB.

Os pilotos voltam para a pista na noite desta sexta-feira, às 23h30, pelo horário de Brasília, para o terceiro treino livre. A sessão classificatória está marcada para as 3 horas da madrugada deste sábado. E a corrida será às 2 horas da madrugada de domingo.



(Foto: Divulgação)

San Lorenzo pede desculpas ao Palmeiras por ato racista de torcedora na Argentina

A direção do San Lorenzo veio a público para pedir desculpas ao Palmeiras pelo ato racista de uma torcedora argentina durante partida entre os dois times, pela Copa Libertadores, na última quarta-feira. O episódio aconteceu no estádio Nuevo Gasómetro, quando a torcida palmeirense, presente no local, comemorava o gol de empate, por 1 a 1, placar final do jogo.

"Deixamos claro nosso mais absoluto repúdio a ações como a mencionada, entendendo que o futebol sul-americano e mundial deverá erradicar de uma vez por todas atitudes como estas que vão contra toda a relação desportiva e em nosso ideal de que o futebol é base integradora", registrou o clube argentino, em comunicado publicado em suas redes sociais.

"Aproveitamos a oportunidade para oferecer nossas mais sinceras desculpas a toda torcida do Palmeiras, a todos vocês, colocando à disposição em breve os resultados finais da nossa investigação, deixando expressamente estabelecido que o Club Atlético San Lorenzo de Almagro não endossa, ratifica nem compartilha de atitudes como as ocorridas."

O clube de Buenos Aires também afirmou que vai tomar medidas contra a torcedora, que fez gestos de "macaco" em direção à torcida palmeirense. A atitude foi flagrada pelas câmeras de celulares durante a partida. É possível até que o time argentino consiga identificar a torcedora para eventuais punições.

Jogador do Peñarol leva pedrada e deixa campo sangrando em jogo da Libertadores



(Foto: Divulgação)

A partida entre Rosario Central e Peñarol pela primeira rodada da fase de grupos da Copa Libertadores foi marcada por uma cena chocante, na noite da última quinta-feira.

O lateral-esquerdo Maxi Olivera, do time uruguaio, foi atingido por uma pedra que teria sido jogada pela torcida da equipe da casa.

A partida foi disputada no estádio Dr. Lisandro de la Torre, mais conhecido como Gigante de Arroyito, na cidade argentina de Rosario. A situação ocorreu após o final do jogo, quando os jogadores do Peñarol foram em direção ao espaço destinado à torcida do seu time, na parte inferior. No pavimento superior, diversos torcedores do Rosario começaram a atirar objetos em direção ao gramado.

De acordo com a imprensa uruguaia, esse teria sido o momento em que uma pedra atingiu Maxi Olivera no rosto e feriu o jogador logo abaixo do olho esquerdo. O lateral ficou muito incomodado com a situação e precisou ser contido por colegas de equipe.

Olivera foi para o vestiário em seguida e, segundo a mídia do Uruguai, o atleta foi para o hospital para tratar o ferimento. O jogador usou as redes sociais para se pronunciar sobre o caso, e agradeceu as mensagens de apoio que recebeu.

"Estou bem. Tirando as dores e alguns pontos, estou bem. Estou com muita raiva pelo péssimo tratamento que nossos torcedores, nosso povo, recebeu. Uma vergonha. Mas vamos juntos, lutar em todos os lugares. Peñarol e nada mais", disse o lateral.

Maxi Olivera também lamentou o placar do jogo, que foi de 1 a 0 para o time mandante. "Magoado pelo resultado, acreditamos que merecíamos algo mais", afirmou ele no texto. Rosario Central e Peñarol fazem parte do Grupo G da competição, que tem também o Atlético-MG e o Caracas, da Venezuela.

À espera de respostas do STF, defesa de Robinho tenta recurso no STJ

À espera de respostas do Supremo Tribunal Federal (STF), a defesa de Robinho entrou com novo recurso, desta vez no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Trata-se do primeiro recurso na mesma corte que homologou a condenação sofrida pelo jogador de futebol na Justiça italiana. Robinho, que alega inocência, está preso no Brasil desde o dia 21 de março após ser condenado por ter estuprado uma mulher numa casa noturna de Milão, na Itália, em 2013.

O novo recurso é um embargo de declaração e tem por objetivo esclarecer supostas contradições ou omissões da decisão do STJ. Neste caso, a avaliação do STJ não poderá resultar na soltura do ex-jogador da seleção brasileira, que está detido no complexo penitenciário de Tremembé, no interior de São Paulo.

"É um tipo de recurso previsto na lei processual e pode esclarecer dúvidas e eliminar contradições. Com o embargo, os juízes podem chegar a novas conclusões sobre o caso", afirmou José Augusto Alckmin, um dos advogados de Robinho, ao Estadão.

Trata-se do terceiro recurso apresentado pela defesa do jogador no intervalo de duas semanas. Os dois anteriores tiveram como destino o STF. São dois habeas corpus. O primeiro já foi avaliado e negado de forma liminar pelo ministro Luiz Fux.

Pelé ganha estátua onde marcou seu primeiro gol, em Santo André

Pelé recebeu mais uma merecida homenagem na última quinta-feira Uma estátua do Rei do Futebol foi inaugurada em Santo André, próximo de onde o maior jogador de todos os tempos fez o primeiro dos seus mais de mil gols na carreira. O momento histórico foi em 1956, quando ele tinha apenas 15 anos.

A estátua fica no Parque Antônio Fláquer, chamado popularmente por Ipiranguinha, no município do Grande ABC Paulista. O local é de frente para onde ficava o campo em que ocorreu o amistoso entre Corinthians de Santo André e Santos, em comemoração aos 134 anos da Independência do Brasil, em 1956.

Eram 30 minutos do segundo tempo quando o jovem ainda chamado pelo apelido de "Gasolina" entrou em campo. Seis minutos depois, o rapaz marcou o sexto gol do Santos, na goleada por 7 a 1. O estádio da partida, o Américo Guazelli, não existe mais. "Gasolina" virou "Pelé" e conquistou o mundo pelo Brasil três vezes e os brasileiros tantas outras até 29 de dezembro de 2022, quando morreu, aos 82 anos. A cerimônia de inauguração contou com torcedores e ídolos santistas e ex-companheiros de Pelé, como Pepe e Manoel Maria. O primeiro é o segundo maior artilheiro do Santos com 403 gols, 688 a menos que os 1.091 de Pelé pelo clube. "Muito merecida. Pelé sempre ficará na nossa memória. Fiz questão de participar, com muito orgulho", disse o ex-jogador. A homenagem faz parte das comemorações de aniversário de 471 anos de Santo André. A estátua foi doada ao município por empresas da cidade e confeccionada pelos artistas plásticos Fabiano Lopes e Marilda Dib, com resina e pó de mármore. Pesa 170 quilos e possui 2,73 metros de altura, incluindo a base.


(Foto: Divulgação)

Verstappen vê no circuito de Suzuka, o cenário ideal para recuperação na Fórmula 1

Confiança em uma volta por cima. Esse é o sentimento que move Max Verstappen para a disputa do GP do Japão, marcado para a madrugada deste domingo, em Suzuka, pelo Campeonato Mundial de Fórmula 1. Após abandonar a prova por problemas mecânicos na Austrália, ele disse ter um aliado para conseguir se recuperar na competição: o circuito de Suzuka.

"Acho que se você pensar em Melbourne do ponto de vista do desempenho, fomos rápidos. O problema é que não terminamos. Nosso carro normalmente gosta de curvas de alta velocidade, então esperamos poder mostrar isso novamente neste fim de semana", disse o holandês que deixou a corrida por problemas no freio.

O primeiro treino livre reforça o discurso do piloto da Red Bull Na atividade, Max foi o mais rápido e registrou o tempo de 1min30s056 e ficou 0,181 segundos à frente do companheiro de equipe, o mexicano Sérgio Perez. Já na segunda sessão, por causa da chuva e da pista molhada, a maioria das equipes optou por fazer ajustes nos boxes. De olho no acerto do carro, ele preferiu acompanhar o trabalho dos mecânicos.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

Triple Play Brasil Participações S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 23.438.929/0001-00 - NIRE 35.300.483.260 - Código CVM nº 02519-4

Edital de Convocação

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 30 de abril de 2024

Triple Play Brasil Participações S.A. (“Companhia”), vem pela presente, convocar a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“Assembleia”), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2024, às 8h, de forma exclusivamente digital (não havendo possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia), para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) Em Assembleia Geral Ordinária: a. as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; b. as contas dos administradores e o relatório de administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; c. a proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e d. fixar a remuneração global anual dos administradores para o exercício de 2024. (ii) Em Assembleia Geral Extraordinária: a. eleger membro do Conselho de Administração da Companhia. Para participação na Assembleia, o acionista deverá enviar solicitação de cadastro para o Departamento de Relações com Investidores, para o e-mail ri@alaresinternet.com.br, que deverá ser recebida pela Companhia devidamente acompanhada das informações e documentos descritos a seguir, impreterivelmente, até **28 de abril de 2024** (“Cadastro”). A solicitação de Cadastro necessariamente deverá (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail para envio das informações para participação, e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia, conforme descritos na versão da íntegra deste Edital de Convocação e na Proposta da Administração da Companhia para esta Assembleia. Validada a condição de acionista e a regularidade dos documentos pela Companhia, a Companhia enviará, até 24 horas antes da Assembleia, as informações para acesso ao sistema eletrônico para participação na Assembleia. Caso o acionista não receba as instruções de acesso com até 24 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Companhia, por meio do e-mail ri@alaresinternet.com.br, com até, no máximo, 12 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. Não poderão participar da Assembleia os acionistas que não efetuarem o Cadastro e/ou não informarem a ausência do recebimento das instruções de acesso na forma e prazos previstos acima. Na data da Assembleia, o registro da presença do acionista somente se dará mediante o acesso do sistema eletrônico, conforme instruções e nos horários e prazos divulgadas pela Companhia. A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização das plataformas para participação da Assembleia por sistema eletrônico, e que a Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Todos os documentos necessários à deliberação dos acionistas para a ordem do dia da Assembleia, conforme requeridos pelas normas aplicáveis, serão: **(i)** enviados por meio de sistema eletrônico disponível na página da CVM na rede mundial de computadores; e **(ii)** disponibilizados no site endereço eletrônico de relações com investidores da Companhia (https://ri.alaresinternet.com.br/). Ressalta-se que a presente publicação se trata de informação resumida que não deve ser considerada isoladamente para a tomada de decisão. A versão integral desde Edital que está disponível nas páginas eletrônicas do jornal Diário de Notícias (http://www.diariodenoticias.com.br/), da Companhia e da CVM.

São Paulo, 3º de abril de 2024.

Denis Marcel Ferreira

Membro do Conselho de Administração (04, 05 e 06/04/2024)

LEILÃO DE VEÍCULOS ONLINE

AGORA VOCE COMPRA SEU VEICULO DA MELHOR FORMA PARA O SEU NEGOCIO: COM O CONFORTO DO LEILÃO ONLINE. ACESSE AGORA: WWW.MESQUITALEILOES.COM.BR, CADASTRE-SE E DÊ SEU LANCE. BOA SORTE!

DIAS 10/04/2024 E 11/04/2024 ÀS 13:30

80 VEÍCULOS: VEÍCULOS PROVENIENTES DE SEGURADORAS, BANCOS, EMPRESAS E RECEITA FEDERAL

LOCAL DO LEILÃO: AVENIDA ANTONIO BARBOSA DA SILVA SANDOVAL, 190 - SP

KATIA ALVES SOARES - LEILOEIRA OFICIAL JUCESP 1093

NÚMEROS DOS CHASSIS

KA12448; 5053570; CA27594; C403258; J208957; D5004625; A542062; M027591; TV16343; T579184; W552820; G212081; B119732; G149758; 8103887; B105171; E4056546; E4056116; B130348; C409294; D5017686; H7610444; D1561396; J096737; J321651; C174246; EJ227279; P136526; B267439; T091342; P134658; B046275; P024539; P016574; FL367059; L388713; F235591; G0N49528; L289111; R120893; R199827; EA273340; A008561; BS269450; R204192; R204782; G204182; J296102; K115450; T149161; M000735; CZH8455; J0159708; B2020699; K034462; B134340; E4052745; T074015; P627906; Z210685; P487313; J881931; B210968; H5099330; F8258565; G202947; B4200238; B0374700; FJ329082;

CONDIÇÕES

OS BENS SERÃO VENDIDOS NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRAM E SEM GARANTIAS. DÉBITOS DE IPVA MULTAS DE TRANSITO OU DE AVERBAÇÃO QUE POR VENTURA RECAIAM SOBRE O BEM FICARÃO A CARGO DO ARREMATANTE CORRENDO TAMBEM POR SUA CONTA E RISCO A RETIRADA DOS BENS. NO ATO DA ARREMATAÇÃO O ARREMATANTE OBRIGA-SE A ACATAR DE FORMA DEFINITIVA E IRRECORRIVÉL AS NORMAS E DEMAIS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO ESTABELECIDAS NO CATALOGO DISTRIBUÍDO NO LEILÃO. LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 1093 . IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS. AVENIDA ANTONIO BARBOSA DA SILVA SANDOVAL, 190 - SP TEL.: (11) 5990-3165 . (CATALOGO, LOCAL DE VISITAÇÃO, DESCRIÇÃO COMPLETA E FOTOS NO SITE)

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Pta., faz saber a todos os interessados, que encontra-se aberto no Departamento de Licitações, o PREGÃO (ELETRÔNICO), n.º 013/2024, que tem como objetivo o registro de preços, para aquisição de lubrificantes para a frota de veículos da prefeitura, o início da sessão de abertura será no dia 22/04/2024, às 09:00 horas. O edital poderá ser retirado no Departamento de Licitações, à Av. Siqueira Campos nº 1.430, Paço Municipal ou pelo site: www.eparaguacu.sp.gov.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br. Informações poderão ser obtidas ainda através do fone (18) 3361-9100.

A Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Pta., faz saber a todos os interessados, que encontra-se aberto no Departamento de Licitações, o PREGÃO (ELETRÔNICO), n.º 018/2024, que tem como objetivo o registro de preços, para Aquisição de cestas básicas, para atender demanda do Departamento de Assistência social, o início da sessão de abertura será no dia 23/04/2024, às 09:00 horas. O edital poderá ser retirado no Departamento de Licitações, à Av. Siqueira Campos nº 1.430, Paço Municipal ou pelo site: www.eparaguacu.sp.gov.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br. Informações poderão ser obtidas ainda através do fone (18) 3361-9100.

A Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Pta., faz saber a todos os interessados, que se encontra aberto no Departamento de Licitações, a CHAMADA PÚBLICA (CREDENCIAMENTO), n.º 004/2024, que tem como objeto credenciamento para a contratação de dois professores/instrutores de atividade física, sendo 01 para executar os trabalhos de natação e iniciação à natação e hidroginástica e 1 para executar as atividades de natação e zumba fitness., para o departamento municipal de esporte e lazer, cuja entrega dos envelopes será até as 16:00 horas do dia 25/04/2024, sendo abertos logo em seguida. O edital poderá ser retirado no Departamento de Licitações, à Av. Siqueira Campos nº 1.430, Paço Municipal ou pelo site: www.eparaguacu.sp.gov.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br. Informações poderão ser obtidas ainda através do fone (18) 3361-9100.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista, 05 de Abril de 2024.

Antonio Takashi Sasada - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ZELADORIA E SERVIÇOS

Paulo Sérgio Alves - Secretário Municipal de Zeladoria e Serviços

PREGÃO ELETRÔNICO nº 062/2024 PROCESSO n° 9.691/2024

UASG 986249 Nº COMPRA 90062/2023

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO PICK-UP. DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 08 DE ABRIL DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 19 DE ABRIL DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br

Botucatu, 05 de Abril de 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ZELADORIA E SERVIÇOS

Paulo Sérgio Alves - Secretário Municipal de Zeladoria e Serviços

PREGÃO ELETRÔNICO nº 097/2024 PROCESSO n° 11.851/2024

UASG 986249 Nº COMPRA 90097/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE SARRAFO E PARAFUSO. DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 08 DE ABRIL DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 25 DE ABRIL DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br

Botucatu, 05 de Abril de 2024

ASSOCIAÇÃO BECO DE ESPORTES

CNPJ 34.657.873/0001-93

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da ASSOCIAÇÃO BECO DE ESPORTES, com fulcro no artigo 14 e nos demais aplicáveis do Estatuto da entidade.

RESOLVE:

Convocar os Associados da ASSOCIAÇÃO BECO DE ESPORTES para a Assembleia Geral Ordinária que será realizada na sede da entidade na Avenida Presidente Juscelino Kubitscheck nº 28, conjunto 82, parte A, CEP 04543-000, São Paulo, SP, no dia 02/05/2024, com primeira chamada prevista para às 9:00 horas e a 2ª chamada às 9:30 horas, conforme pauta abaixo.

PAUTA: Discussão e votação da prestação de contas e das demonstrações financeiras e contábeis da Diretoria do ano de 2023.

São Paulo, 08 de abril de 2024.

GILBERTO DA COSTA SOUZA - PRESIDENTE

ASSOCIAÇÃO BECO DE ESPORTES

KART CLUBE GRANJA VIANA

CNPJ/MF nº 09.093.751/0001-74

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente do KART CLUBE GRANJA VIANA, com fulcro no artigo 15, I e nos demais aplicáveis do Estatuto da entidade, RESOLVE:

Convocar os seus associados para a Assembleia Geral Ordinária que será realizada na Rua Dr. Tomas Sepe nº 443, sala 01, Jardim da Glória, CEP 06711-270, Cotia/SP, no dia 15/04/2024, com primeira chamada prevista para às 17:00 horas, com a maioria dos associados, ou, caso não haja quorum suficiente, em 2ª chamada às 17:30 horas, conforme pauta abaixo.

PAUTA: Análise e votação da prestação de contas da Diretoria referente ao exercício de 2023.

São Paulo, 08 de abril de 2024.

Marcello Hirsch - Presidente

LIGA PAULISTA DE AUTOMOBILISMO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da **LIGA PAULISTA DE AUTOMOBILISMO**, com fulcro no artigo 18 e nos demais aplicáveis do Estatuto da entidade, **RESOLVE**:

Convocar os Associados da **LIGA PAULISTA DE AUTOMOBILISMO** para a Assembleia Geral Ordinária que será realizada na Rua Dr. Tomas Sepe nº 443, sala 01, Jardim da Glória, CEP 06711-270, Cotia/SP, no dia 19/04/2024, com primeira chamada prevista para às 17:00 horas, com a maioria dos associados, ou, caso não haja quorum suficiente, em 2ª chamada às 17:15 horas, conforme pauta abaixo.

PAUTA: Analise e votação do relatório e o balancete geral das atividades administrativas e financeiras do exercício anterior de 2023, juntamente com o parecer do Conselho Fiscal.

São Paulo, 08 de abril de 2024.

GILBERTO DA COSTA SOUZA

PRESIDENTE DA LIGA PAULISTA DE AUTOMOBILISMO

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PILOTOS DE AUTOMOBILISMO

CNPJ 23.684.010/0001-99

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PILOTOS DE AUTOMOBILISMO**, com fulcro no artigo 25 e nos demais aplicáveis do Estatuto da entidade, **RESOLVE**:

Convocar os Associados da **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PILOTOS DE AUTOMOBILISMO** para a Assembleia Geral Ordinária que será realizada na Rua Dr. Tomas Sepe nº 443, sala 02, Jardim da Glória, CEP 06711-270, Cotia/SP, no dia 15/04/2024, com primeira chamada prevista para às 17:00 horas, com a maioria dos associados, ou, caso não haja quorum suficiente, em 2ª chamada às 17:15 horas, conforme pauta abaixo:

PAUTA

1) Examinar e julgar as contas da Diretoria relativas ao ano de 2023 e seus balanços aprovados por meio de parecer prévio do Conselho Fiscal, conforme previsto na letra “f” do artigo 23 do Estatuto Social;

2) Discutir e aprovar a previsão orçamentária do ano de 2024, conforme previsto na letra “d” do artigo 23 do Estatuto Social;

Nos termos do parágrafo primeiro do artigo 25 do Estatuto, a Assembleia será instalada em primeira convocação se presentes no mínimo 2/3 (dois terços) dos associados com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número.

São Paulo, 08 de abril de 2024.

ALBERTO LUIZ EVARISTO MONTEIRO NETO

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PILOTOS DE AUTOMOBILISMO

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PEDREIRA

COMUNICADO

REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO N° 03/2024 - PROCESSO LICITATÓRIO N° 03/2024 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE PRODUTO QUÍMICO PAC 10 PARA SER USADO NO SISTEMA DE TRATAMENTO DE ÁGUA A SER DISTRIBUIDA PARA A POPULAÇÃO DO MUNICIPIO DE PEDREIRA.

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pedreira comunica que após pedido de esclarecimento sobre o pregão em epígrafe e análise pelo químico responsável/solicitante, verificou que houve um erro de digitação na especificação técnica constante no item 1 do Anexo I – Termo de Referência, bem como no item “Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso” do Anexo II – Estudo Técnico Preliminar, portanto:

Onde se lê: O_3

O correto se lê: Al_2O_3

Perante o exposto, os interessados que forem ofertar proposta deverão se atentar a esta alteração.

Fica inalterado o que mais constava no Edital e em seus anexos, naquilo que não conflitar com o que está disposto acima.

Este comunicado será publicado nos jornais que havia sido publicado anteriormente o resumo do edital e também no site www.saaepedreira.com.br.

Pedreira, 05 de Abril de 2024. Leonardo Selingardi - Diretor Geral Interino

Igreja Cristã da Revelação Divina - ICRD

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Fred Rodrigues de Carvalho, brasileiro, casado, ministro religioso, ID RG nº 35.876.621-7, CPF nº 548.344.576-72; residente sito à Rua Rosália de Castro, 353 C-01, Jabaquara, São Paulo - SP. Convida a todos os membros ativos ou não e, todos aqueles que possam se interessar pelos assuntos pertinentes à igreja acima identificada, para a assembleia geral ordinária da Igreja Cristã da Revelação Divina - ICRD, nos termos do art. 53 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, com a finalidade de realizar-se eleição e posse de nova presidência e diretoria e ainda nomear novos membros ao título de celebrantes de ritos, conforme art. 5º, inciso I, capítulo II, do Estatuto Social. Será realizada no próximo dia 25 de abril (quinta-feira), às 20h30min, em primeira chamada com a presença da maioria dos associados efetivos e às 21h, em segunda chamada, com qualquer número de associados presentes, na sede da Igreja, sito à Rua Rosália de Castro, nº 353, São Paulo - SP.

São Paulo, 04 de abril de 2024.

FRED RODRIGUES DE CARVALHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Marcello Laneza Felício - Secretário Municipal de Saúde

PREGÃO ELETRÔNICO nº 230/2023 PROCESSO n° 47.852/2023

UASG 986249 Nº COMPRA 230/2023

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO DE ENFERMAGEM. DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 08 DE ABRIL DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 22 DE ABRIL DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br

Botucatu, 05 de Abril de 2024

CLUBE DE CAMPO DO CASTELO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Nos termos preceituados no Artigo 52º § 1º e Artigo 60 alíneas “b” e “g” do Estatuto Social, ficam convocados os Senhores Associados do Clube de Campo do Castelo, a se reunirem em **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**, a realizar-se no domingo ,dia 28 de abril de 2024, às 9h30 em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos associados e em segunda convocação, 10h00, com quaisquer número, na forma do Artigo 54º do mesmo Estatuto, na Sede Social, situada à Rua Celso Mantovani, nº 01, Interlagos, para deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia: 01)** Apreciação, discussão e votação das contas da Diretoria do exercício de 2023 e respectivo parecer do Conselho Fiscal; **02)** Assuntos de Ordem Geral.

São Paulo, 14 de abril de 2024

Braulio de Sousa Filho - Presidente da Diretoria Executiva

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Rodrigo Colauto Taborda - Secretário Municipal de Infraestrutura

PREGÃO ELETRÔNICO nº 019/2024 PROCESSO n° 6.941/2024

UASG 986249 Nº COMPRA 90019/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS. DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 08 DE ABRIL DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 24 DE ABRIL DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br

Botucatu, 05 de Abril de 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que foi designada nova data de abertura para o PREGÃO ELETRÔNICO 14/2024 cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE PRÓTESE TRANSTIBIAL CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA PARA PACIENTE ATENDIDO PELA REDE SUS**. O período de envio das propostas será a partir de 08/04/2024 até 22/04/2023 às 08:00h no endereço eletrônico bll.org.br. O início da disputa ocorrerá no dia 22/04/2023 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br ou bll.org.br. Edital à disposição na internet: www.orlandia.sp.gov.br, à partir do dia 08/04/2024. Orlândia, SP, 05 de Abril de 2024. SÉRGIO AUGUSTO BORDIN JÚNIOR. Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que foi SUSPENSA a abertura da sessão do PREGÃO ELETRÔNICO 14/2024, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE PRÓTESE TRANSTIBIAL CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA PARA PACIENTE ATENDIDO PELA REDE SUS**, que ocorreria em 17/04/2024 às 08:30 horas. Motivo: retificação no Edital. Ato seguinte: será designada nova data de abertura para o certame e dada devida publicidade. Orlândia, 05 de Abril de 2024. SÉRGIO AUGUSTO BORDIN JÚNIOR – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO 30/2024 cujo objeto é o **AQUISIÇÃO DE BOTE FLEXÍVEL PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA CORPO DE BOMBEIROS DE ORLÂNDIA.** O período de envio das propostas será a partir de 08/04/2024 até 18/04/2024 às 08:00h no endereço eletrônico bll.org.br. O início da disputa ocorrerá no dia 18/04/2024 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br ou bll.org.br. Edital à disposição na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 08/04/2024. Orlândia, SP, 05 de Abril de 2024. SÉRGIO AUGUSTO BORDIN JÚNIOR. Prefeito Municipal.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto a CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 01/2024 cujo objeto é o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS REMANESCENTES E FINALIZAÇÃO DA OBRA DO TEATRO MUNICIPAL “PROF. MARIA JOSÉ BERTRAMI BORDIN” NO MUNICÍPIO DE ORLÂNDIA-SP.** O período de envio das propostas será a partir de 08/04/2024 até 14/05/2024 às 08:00h no endereço eletrônico bll.org.br. O início da disputa ocorrerá no dia 14/05/2024 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br ou bll.org.br. Edital à disposição na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 08/04/2024. Orlândia, SP, 05 de Abril de 2024. SÉRGIO AUGUSTO BORDIN JÚNIOR. Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2024 Processo Adm: Nº 116/2024

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA URBANA PARA RECAPEAMENTO ASFÁLTICO, SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL, COM O FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DA PLACA DE OBRA, NA RUA PEDRO ÁLVARES CABRAL, RUA BELMONT E RUA NILO PEÇANHA.

Empresas vencedoras valor total: R$ 292.892,50 (duzentos e noventa e dois mil e oitocentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos):

NOROMIX CONCRETO S/A (10558895000138) com os lotes: 1 no valor total de R$ 292.892,50 (duzentos e noventa e dois mil e oitocentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos).

A autoridade municipal do órgão MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Edital, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

ARAÇATUBA (SP), segunda-feira, 1 de abril de 2024.

DILADOR BORGES DAMASCENO - AUTORIDADE COMPETENTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA

RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 023/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 40.091/2023 OBJETO: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARA OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA PRÉ HOSPITALAR FIXO E MÓVEL (UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA E SERVIÇO MÓVEL DE URGÊNCIA – SAMU) NO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA PAULISTA, ESTADO DE SÃO PAULO, POR MEIO DE CONTRATO DE GESTÃO. Informamos que o pedido de esclarecimento formulado através do processo eletrônico nº 10.543/2024 encontra-se respondido e disponibilizado no site www.braganca.sp.gov.br (Portal da Transparência do Terceiro Setor – Editais 2023 – Edital 023/2023). Bragança Paulista, 4 de abril de 2.024. STEFANIA PENTEADO CORRADINI RELA Presidente da Comissão Especial de Coordenação do Terceiro Setor.

Campos Neto reitera avaliação de que o PIB potencial aumentou

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, reiterou ontem, 5, a avaliação de que o Produto Interno Bruto (PIB) potencial aumentou. Segundo ele, “evidências anedóticas” indicam que a capacidade de crescimento da economia subiu “um pouquinho”, na esteira não apenas das reformas realizadas nos últimos anos, mas também da facilitação das transações financeiras permitida pelo Pix.

“Não temos estudos que correlacionem intermediação financeira com PIB potencial, mas sabemos que uma coisa está ligada à outra”, disse o presidente do BC, ao ser questionado, em seminário do Lide, sobre o impacto do Pix no potencial de crescimento da economia.

Ao elencar possíveis impulsionadores do PIB potencial, ele citou a diminuição nos prazos de abertura de empresas, a flexibilidade nas contratações após a reforma trabalhista, e o Pix, que, observou, estimulou a criação de negócios.

“São exemplos que nos levam a crer que o PIB potencial tem melhorado”, afirmou Campos Neto. “Temos a percepção de que o PIB potencial subiu um pouquinho”, reforçou o presidente do BC.

Presidente da Febraban discorda que inovação e tecnologia tirem espaço dos bancos tradicionais

O presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, rebateu ontem, 5, avaliações de que os bancos tradicionais estejam perdendo espaço para os bancos digitais na corrida da inovação. “Qual banco não é digital? Todos somos”, disse Sidney, após sustentar, em seminário do Lide, que não existe tecnologia ou inovação não adotada ou em implementação pelos bancos tradicionais.

Ele dedicou boa parte de sua participação no seminário para rechaçar a pecha de que bancos tradicionais estariam no passado, enquanto os novos competidores estariam no futuro. “Discordo que inovação e tecnologia tiram espaço dos bancos tradicionais”, assinalou, acrescentando que os investimentos dos bancos em tecnologia devem chegar a R$ 45 bilhões em 2024.

Segundo ele, não existe defasagem de inovação entre bancos tradicionais e novos players. “Há espaço para todos da indústria financeira.” Após dizer que 115 bancos estão associados à Febraban, o presidente da entidade afirmou que todos estão engajados em fazer da inovação um veiculo de democratização dos serviços financeiros.

Só na consolidação do Open Finance, a plataforma de compartilhamento de dados bancários do Banco Central (BC), estão envolvidas 320 pessoas da Febraban e dos bancos, pontuou.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

CONTEXTO JURÍDICO

EDIÇÃO NACIONAL

Uso de água mineral retirada do subsolo para processos industriais depende de autorização federal

A Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) estabeleceu que é indispensável a autorização federal para utilização de água mineral obtida diretamente do solo como insumo em processo industrial, ainda que ela não seja destinada ao consumo humano.

O entendimento foi fixado pelo colegiado ao reformar acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) que, confirmando sentença de improcedência de ação popular, considerou suficiente a autorização do poder público estadual para o uso de água termomineral por uma indústria de café.

Segundo o TRF4, não haveria obrigatoriedade de prévia autorização do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) – substituído pela Agência Nacional de Mineração (ANM) – para uso da água retirada do solo em processos industriais, pois a permissão seria necessária apenas nas hipóteses de extração para consumo humano ou para fins balneários. Relator do recurso do Ministério Público Federal, o ministro Paulo Sérgio Domingues lembrou que o artigo 20, inciso IX, da Constituição Federal prevê que são bens da União os recursos minerais, inclusive aqueles depositados no subsolo.

O ministro também explicou que, conforme definido no artigo 1º do Decreto-Lei 7.841/1945, águas minerais são aquelas oriundas de fontes naturais ou fontes artificialmente captadas que possuam composição química distinta das águas comuns, com características que lhes confiram ação medicamentosa.

STF derruba lei do Paraná que facilitava porte de armas de fogo a CACs

Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional lei do Estado do Paraná que facilita o porte de arma de fogo aos CACs (colecionadores, atiradores desportivos e caçadores). A norma justificava a necessidade do porte para a categoria em razão do exercício de atividade de risco e pela ameaça à sua integridade física. A decisão foi tomada na sessão plenária virtual encerrada em 3/4, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7569, apresentada pela Presidência da República.

Competência da União - No voto que conduziu o julgamento, o ministro Cristiano Zanin, relator, verificou que a Lei estadual 21.361/2023 tratou de matéria cuja competência é constitucionalmente atribuída à União, a quem cabe legislar, autorizar e fiscalizar o uso de material bélico.

Ele explicou que o porte de arma para defesa pessoal encontra previsão no artigo 10 do Estatuto do Desarmamento (Lei federal 10.826/2003), cuja autorização compete à Polícia Federal, órgão responsável pela análise do preenchimento dos requisitos legais.

Zanin lembrou ainda que o STF tem jurisprudência consolidada no sentido da inconstitucionalidade de normas estaduais que tratem do risco da atividade de atiradores desportivos.

Ministros julgarão incidência de PIS/Cofins sobre receitas geradas por locação de bens móveis e imóveis

Estão na pauta de julgamentos do Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), nesta quinta-feira (4), dois processos que discutem se a tributação referente ao Programa de Integração Social (PIS) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) deve incidir sobre a receita recebida com locação de bens móveis e imóveis.

Os dois recursos sobre a matéria tiveram a repercussão geral reconhecida, o que significa que a tese a ser fixada pelo STF no julgamento deverá ser adotada pelos demais tribunais nos casos semelhantes.

No Recurso Extraordinário (RE) 659412 (Tema 684), uma empresa de locação de bens móveis, no caso contêineres e equipamentos de transporte, questiona decisão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) favorável à União, ou seja, que reconheceu a incidência da tributação.

Já no Recurso Extraordinário (RE) 599658 (Tema 630), a União é que questiona acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) que garantiu a uma indústria moveleira de São Paulo o direito de excluir da base de cálculo do PIS a receita do aluguel obtido pela locação de um imóvel próprio. Nesse recurso, discute-se a incidência das contribuições tanto para empresas locadoras, que tenham por atividade econômica preponderante esse tipo de operação, como para aquelas em que a locação é eventual e subsidiária ao objeto social principal.

Supremo e Cade celebram acordo para compartilhamento de informações e realização de ações conjuntas

O Supremo Tribunal Federal (STF) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) firmaram um acordo de cooperação técnica para aprimorar a troca de informações e documentos e possibilitar a realização de estudos conjuntos sobre temas da ordem econômica, de forma a proporcionar maior efetividade no cumprimento da missão institucional das duas instituições. O documento foi assinado nesta quarta-feira (3) pelo presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, e pelo presidente do Cade, Alexandre Cordeiro Macedo, no Tribunal.

O acordo vai permitir ao STF e ao Cade trabalharem juntos na promoção de políticas e práticas que assegurem uma ordem econômica justa, competitiva e alinhada aos valores da justiça social e do desenvolvimento econômico sustentável do País.

Objetivos - O acordo prevê a realização de ações conjuntas entre as instituições para o combate à desinformação. Além disso, há previsão de desenvolvimento de estudos referentes à promoção da defesa da concorrência, metodologias para mensuração de impactos econômicos das decisões judiciais, bem como a relação entre desenvolvimento econômico, concorrência e segurança jurídica. Ao ressaltar a importância da iniciativa, o presidente do STF disse que as informações e o apoio da equipe do Conselho serão muito úteis para as atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Processos Estruturais e Complexos (Nupec), vinculado à Presidência do Tribunal.

Moraes nega progressão de regime para Daniel Silveira e multa seu advogado

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes negou o pedido de progressão de pena do ex-deputado federal Daniel Silveira, condenado, em abril de 2022, a oito anos e nove meses de prisão por ataques ao Estado Democrático de Direito. Além de negar a mudança do regime fechado para o semiaberto, Moraes multou o advogado de Silveira por pedidos repetidos à Corte.


(Foto: EBC)

O ex-deputado federal Daniel Silveira foi condenado, em abril de 2022, a oito anos e nove meses de prisão por ataques ao Estado Democrático de Direito.

O representante do ex-parlamentar, Paulo Faria, disse em nota que a multa foi aplicada "sob falsas acusações de má-fé" e que exige "o mínimo de respeito ao seu trabalho técnico, pois está no exercício pleno de suas funções constitucionais".

Em petição à Corte, Faria alegou que 16% da pena já foi cumprida, baseando-se na carga horária que o sentenciado dedicou aos estudos e trabalho. Moraes, no entanto, indeferiu o pedido e apenas homologou a remição da carga horária, que equivale a 140 dias, da pena de Silveira.

O ministro baseou a decisão no inciso III do artigo 112 da Lei de Execuções Penais, que estabelece que a transferência para regime menos rigoroso ocorrerá quando o preso tiver cumprido 25% da pena. Considerando a repetição dos pedidos da defesa, Moraes determinou multa fixa no valor de R$ 2 mil ao advogado do ex-parlamentar.

O magistrado justificou a decisão "em razão da litigância de má-fé" da defesa e alegou que a multa é admitida "pacificamente" pela jurisprudência da Corte.

No X (antigo Twitter), Faria disse que o ministro age de forma ilegal, praticando "artimanhas" e crimes. "Acha mesmo que me multando vai me calar e/ou me coagir a parar de lutar pelo respeito às leis e aplicação do Direito?", questionou o advogado

Na nota divulgada à imprensa, o representante de Silveira criticou o ministro e disse que a decisão foi "vazada" antes de ser "lançada no sistema do STF". Faria ainda disse que Moraes propagou fake news e que a alteração do porcentual de pena cumprida para progressão de regime, de 16% para 25%, foi feita "sem quaisquer bases legais, senão, persecutórias e vingativas"

Se defendendo do parecer do ministro, disse que a defesa "não agiu de má-fé, e, sim, o próprio ministro, que abusa de sua autoridade, poder e comete inúmeros crimes previstos em lei, inclusive a tortura".

Em março deste ano, o advogado pediu à Procuradoria-Geral da República (PGR) a investigação e prisão imediata de Moraes por suposta prática de tortura. Na denúncia, Faria acusa o magistrado de abuso de poder, prevaricação e tortura ao manter o ex-deputado preso em regime fechado "200 dias além do prazo legal para progressão de regime".

Na ocasião, Moraes o gabinete de Moraes respondeu que "o condenado não preencheu os requisitos legais para progressão de regime" e que o pedido foi indeferido "com parecer nesse sentido pela PGR".

STF muda parte de decisão sobre 'coisa julgada' para afastar aplicação de multa


(Foto: EBC)

Para Barroso, que mudou seu entendimento para votar contra a aplicação de multa, o não recolhimento do imposto deu uma "vantagem competitiva" às empresas. Mas ele ponderou que não é possível dizer que houve má-fé.

O Supremo Tribunal Federal (STF) afastou, por 6 a 5, a aplicação de multas moratórias e punitivas decorrentes do não pagamento de Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) desde 2007. Os ministros decidiram manter a decisão que autorizou a cobrança retroativa de valores não pagos no passado por força de sentença definitiva (a chamada "quebra da coisa julgada"), mas entenderam que não cabe punição aos contribuintes que deixaram de recolher o imposto.

Em fevereiro do ano passado, a Corte deliberou que decisões que autorizaram contribuintes a não pagar tributos perdem eficácia se a Corte se pronunciar, tempos depois, em sentido contrário. No caso concreto, que discutia sobre a CSLL, os ministros entenderam que a cobrança deve retroagir até 2007, data em que o Supremo considerou o tributo constitucional. Os contribuintes queriam que a cobrança começasse a partir de 2023.

A decisão desta quinta muda parte daquela decisão, que havia autorizado a Receita a cobrar os tributos não pagos desde 2007 com juros e multas. Agora, o Supremo reafirmou que o tributo é devido, mas entendeu que não cabe a cobrança de multa.

De acordo com o presidente do Supremo, Luís Roberto Barroso, 24 contribuintes tinham decisões com trânsito em julgado para não recolher o imposto e são afetados com a decisão. O Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) questionou a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) sobre o impacto financeiro da decisão, mas o órgão não retornou até a publicação desta matéria.

Para Barroso, que mudou seu entendimento para votar contra a aplicação de multa, o não recolhimento do imposto deu uma "vantagem competitiva" às empresas. Mas ele ponderou que não é possível dizer que houve má-fé.

Juiz libera imóveis e carros de Palocci delator bloqueados na Lava Jato

A Justiça Federal levantou o bloqueio aos imóveis e veículos do ex-ministro Antonio Palocci (governos Lula e Dilma) e de sua empresa, a Projeto Consultoria, que haviam sido confiscados na Operação Lava Jato.

A decisão é do juiz Danilo Pereira Júnior, da 13.ª Vara Federal Criminal de Curitiba, e foi assinada no dia 21 de março. Ele justificou que não há mais "qualquer potencial obstáculo" para o ex-ministro acessar o patrimônio.

Pelo menos seis imóveis e cinco veículos de Palocci estavam bloqueados no emaranhado de ações da Lava Jato.

Parte dos processos envolvendo o ex-ministro foi remetida à Justiça Eleitoral do Distrito Federal, que já havia liberado os bens de Palocci. A última ação pendente foi enterrada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o que abriu caminho para pôr fim aos últimos bloqueios. "No processo criminal que teve curso perante a 10.ª Vara Federal de Brasília-DF, trancado por força de habeas corpus concedido de ofício pelo Supremo Tribunal Federal, o réu Antonio Palocci Filho obteve o levantamento de todos os bloqueios sobre seu patrimônio.

Em vista da exclusão daquele processo, encontra-se removido qualquer potencial obstáculo ao integral cumprimento da decisão do juízo da 1.ª Zona Eleitoral de Brasília/DF. Tanto por isso, certamente, o MPF não apresentou qualquer oposição ao atendimento da solicitação do juízo eleitoral", escreveu o juiz Danilo Pereira Júnior.

As contas bancárias do ex-ministro já haviam sido liberadas no ano passado. Os valores bloqueados ultrapassaram a marca dos R$ 60 milhões no auge da investigação.

Preso na Operação Omertá, 35.ª etapa da Lava Jato, em setembro de 2016, Palocci fez uma das delações mais rumorosas da investigação.

AGU apresenta ao STF proposta de consenso sobre correção do FGTS

A Advocacia Geral da União (AGU) enviou manifestação ao Supremo Tribunal Federal (STF) com uma proposta de consenso entre o governo e entidades sindicais a respeito da correção dos saldos do FGTS. O caso foi incluído na pauta de quinta-feira, 4, mas não deve ser julgado hoje por falta de tempo.

Atualmente, o FGTS tem correção de 3% ao ano mais a Taxa Referencial (TR). O partido Solidariedade, que propôs a ação, pede que esse cálculo seja substituído por algum índice ligado à inflação.

A AGU propôs manter a remuneração das contas vinculadas do FGTS na forma atual em valor que garanta, no mínimo, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), com efeitos somente a partir da decisão do STF (sem pagamento retroativo).

"Nos anos em que a remuneração das contas vinculadas ao FGTS não alcançar o IPCA, caberá ao Conselho Curador do Fundo (art. 3º da Lei nº 8.036/1990) determinar a forma de compensação", propõe a União.

O julgamento foi suspenso em novembro pelo ministro Cristiano Zanin após o governo pedir o adiamento da análise para buscar um consenso com as centrais sindicais. Em outubro, a análise já foi adiada a pedido do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Na petição, o órgão diz que a próxima reunião de conciliação entre as partes estava marcada para a próxima segunda-feira, 8, mas optou por apresentar os consensos alcançados até agora diante da inclusão do processo em pauta.

"Entende-se que a solução levada à apreciação da Suprema Corte apresenta-se como solução viável para possibilitar à gestão do FGTS equilibrar seu papel social com a melhor remuneração das contas", argumenta a AGU.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

2º CADERNO

VARIEDADES

'Pérola', filme dirigido por Murilo Benício, vence o 26º Festival de Cinema Brasileiro de Paris



(Foto: Divulgação)

Pérola, filme dirigido por Murilo Benício, ganhou o Troféu Jangada de Melhor Filme no 26º Festival de Cinema Brasileiro de Paris. Estrelado por Drica Moraes, o longa é baseado na obra homônima de Mauro Rasi, um sucesso do teatro nacional.

A trama, uma comédia dramática, narra a história de uma mãe, Pérola (Drica Moraes) pelo olhar do filho, Mauro (Gustavo Machado). Após a morte da matriarca, ele volta para sua antiga casa em Bauru, interior de São Paulo, e revive memórias familiares. São fragmentos de quem fora sua mãe, seus sonhos, os altos e baixos da relação entre os dois. O elenco conta ainda com Leonardo Fernandes, Rodolfo Vaz, Cláudia Missura e Louise Cardoso.

Lançado no ano passado, Pérola está disponível no Globoplay para assinantes do plano Telecine.

Benício foi duplamente premiado no festival: O Beijo no Asfalto (2017), outro filme dirigido pelo ator, venceu a mostra Sessão Escolar, dedicada à exibição e debates de filmes brasileiros para estudantes parisienses.

Realizado entre 26 de março e 2 de abril na capital francesa, o evento apresentou 31 filmes brasileiros, entre obras de ficção e documentários. O homenageado da edição foi o ator Antônio Pitanga, e seis filmes de seu currículo foram exibidos.

Mingau, baixista do Ultraje a Rigor, passará por cirurgia no crânio

(Foto: Reprodução)


Mingau, baixista do grupo Ultraje a Rigor, será submetido a uma cranioplastia nas próximas semanas. O músico, que foi vítima de um disparo na cabeça durante uma tentativa de assalto em setembro, continua internado. A informação foi divulgada por sua filha Isabella Aglio, em uma postagem nas redes sociais na última quarta-feira, 3.

Isabella detalhou a situação de seu pai: "Graças a Deus o quadro dele é estável, por isso deverá se submeter a uma cranioplastia nas próximas semanas para colocar uma prótese na área do osso que foi destruída pelo ferimento e para o tratamento".

Dificuldades financeiras

A família enfrentou dificuldades financeiras em decorrência dos custos com o tratamento médico. "Quando tudo aconteceu, meu pai foi atendido pelo SUS, onde não tinha neurocirurgião, então ele precisou ser transferido para um hospital autorizado pelo convênio. Quem iria pensar em conferir se os médicos trazidos por um amigo dele não eram credenciados pelo convênio?", questionou Isabella, ao explicar a origem de uma dívida que alcançou os R$ 300 mil.

Para sanar a dívida, foi organizada uma vaquinha online e um evento beneficente: "Os amigos mais próximos acompanharam tudo, sugeriram a vaquinha e organizaram o show no Teatro Bradesco. Em quatro meses, essa conta foi quitada", disse Isabella, que também mencionou a destinação dos fundos adicionais arrecadados para o procedimento subsequente de seu pai.

Após a próxima cirurgia, Mingau será encaminhado a uma clínica de reabilitação, com prognósticos positivos quanto à sua recuperação. Isabella reforçou a confiança na equipe médica que vem cuidando de seu pai: "Simplesmente não dá para mudar de time, afinal foram esses neurologistas que salvaram a vida do meu pai, e conhecem mais do que ninguém o seu cérebro". O período de reabilitação está previsto para ser extenso.

VARIEDADES

Deborah Secco e Hugo Moura se separam após 9 anos de casamento

(Foto: Luciana Prezia)



A atriz Deborah Secco e o fotógrafo e diretor de cinema Hugo Moura se separaram após 9 anos de casamento. A informação foi confirmada pela equipe da atriz ao Gshow.

"Os dois estão separados há alguns meses. Mas, estão fazendo isso de forma discreta, em respeito ao Hugo, que não é uma pessoa pública e por preocupação com a filha. Os dois seguem amigos e trabalhando juntos. E não gostariam de falar mais sobre esse assunto".

Hugo e Deborah se casaram em 2015, em uma cerimônia intimista. Os dois são pais de Maria Flor, hoje com 8 anos.

Em janeiro deste ano, a atriz declarou que o casal tinha um relacionamento aberto.



(Foto: Jhonny Parra/AFP)

Morre o homem mais velho do mundo, aos 114 anos

O venezuelano Juan Vicente Pérez Mora, considerado o homem mais velho do mundo pelo Guinness Book (Livro dos Recordes) em 2022, morreu aos 114 anos na última terça-feira, 2. A notícia foi confirmada por familiares e autoridades.

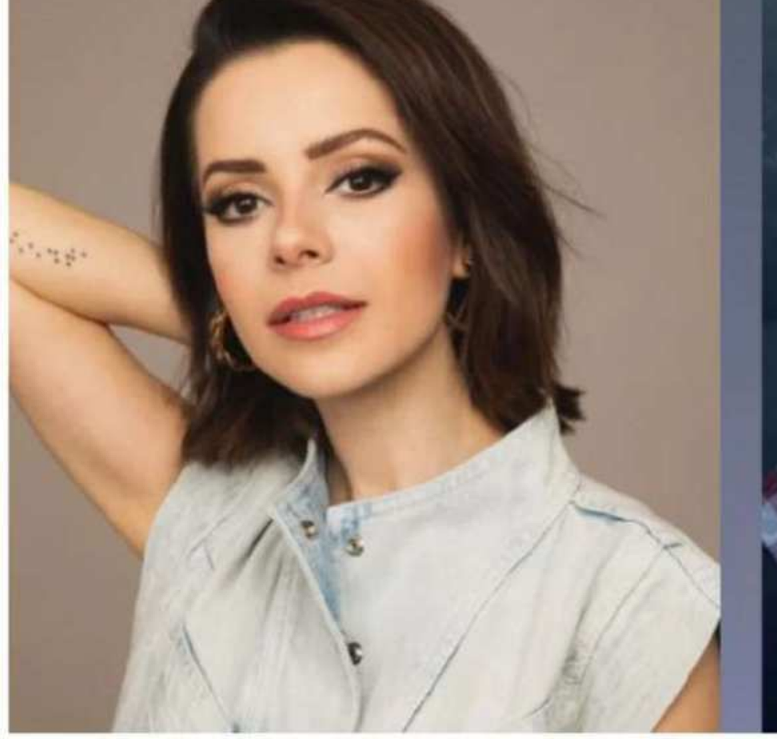
Ele era um agricultor e foi reconhecido como o homem mais velho do mundo em 4 de fevereiro de 2022, aos 112 anos e 253 dias. Nas redes sociais, o perfil do livro de recordes lamentou o ocorrido.

"O Guinness World Records lamenta a morte do homem mais velho do mundo, Juan Vicente Pérez (nascido em 27 de maio de 1909) aos 114 anos de idade. Ele teria feito 115 anos no mês que vem [...] Ele atribuiu sua longevidade a trabalhar duro, descansar nos feriados, dormir cedo e amar Deus".

Juan era pai de 11 filhos, teve mais de 40 netos, 18 bisnetos e 12 trinetos. Nascido em El Cobre, estado de Táchira, ele foi o nono filho de 10 irmãos.

'Minha vida é zero glamour', revela Sandy ao comentar sobre marmita no almoço

(Foto: Redes Sociais)





A cantora Sandy viralizou recentemente ao compartilhar um almoço rápido feito no carro durante as gravações do novo filme da qual participa, Evidências do Amor, que protagoniza com Fábio Porchat. A foto do famoso "PF" (gíria para prato feito) foi compartilhada em suas redes sociais com a legenda: "Almoço de hoje: PF na estrada! Amo também".

A postagem da marmita da cantora repercutiu nas redes, e durante a entrevista da pré-estreia do longa, para a Rede TV!, na última terça-feira, 2, Sandy revelou que sua vida é "zero glamour": "O glamour é só quando a gente se arruma assim bonitinho para uma pré-estreia!".

Ela também confessou para a influenciadora Paula Lemos, em suas redes sociais, que não vive de dieta: "Sou muito comilona, inclusive eu não sou vegetariana! Como carne vermelha, adoro uma picanha. Tem gente que acha que vivo de alface".

Em Evidências do Amor, Sandy vive a personagem Laura, par romântico de Marco, interpretado por Porchat. O casal se conhece durante uma noite de karaokê cantando Evidências, música de Chitãozinho e Xororó, e vive um relacionamento estável, até que Laura deixa Marco no altar, no dia de seu casamento.

O protagonista então ganha uma "segunda chance" ao ouvir a música novamente e voltar no tempo. Ele tem a chance de consertar os erros do passado e reviver seu amor com Laura. Com direção de Pedro Antônio, a comédia estreia no dia 11 de abril nos cinemas.

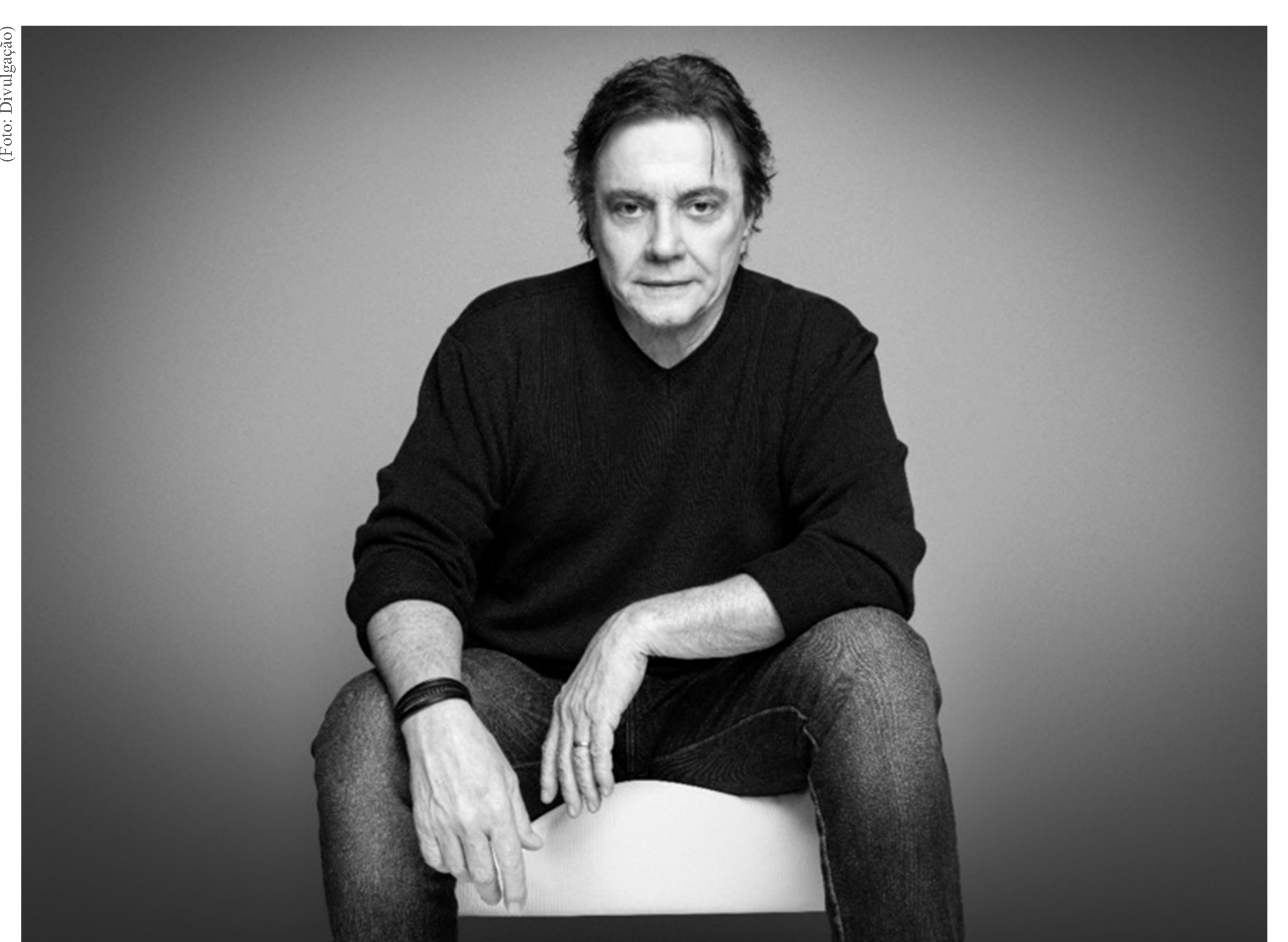
Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

LANÇAMENTOS/LIVROS

Fábio Jr completa 70 anos e lança turnê grandiosa com show na Farmasi Arena, no Rio de Janeiro

___ No dia 17 de agosto, cantor se apresenta na Barra da Tijuca com o show "Bem Mais Que os Meus 20 e Poucos Anos"

(Foto: Divulgação)



Um dos maiores artistas do país completa 70 anos e quem ganha o presente é o público. Para celebrar esse marco, Fábio Jr. está com um projeto novo para festejar junto com sua legião de fãs: a turnê nacional "Bem Mais Que os Meus 20 e Poucos Anos" chega a Farmasi Arena, espaço administrado pela multinacional francesa GL events na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro.

O show está marcado para 17 de agosto e os ingressos podem ser adquiridos no site do Ticket360.

A trajetória de Fábio é o fio condutor da narrativa do novo projeto que vai abordar a carreira de ator, cantor, compositor, comunicador e poeta. Para construir essa linha do tempo, o show será dividido em blocos, cada um com um tema específico. O cenário é grandioso e moderno com leds que vão sinalizar essa viagem.

O primeiro bloco traz trechos de shows e contextualiza esse início. O segundo é um registro biográfico com imagens de acervo, discos de platina e cenas de novelas. O terceiro, por sua vez, aborda a intimidade do artista com material inédito, enquanto o último bloco embalará muitos hits e sucessos.

"Estou em uma fase ótima, muito feliz e realizado. A melhor forma de celebrar a vida é no palco com meus fãs. Eles são a razão de tudo e preparamos um show muito especial, lindo e cheio de surpresas do jeito que eles merecem. Vamos nos emocionar juntos e fazer uma verdadeira viagem ao longo da minha carreira" promete o cantor.

SERVIÇO: "Bem Mais Que os Meus 20 e Poucos Anos"

Data: 17 de agosto de 2024

Local: Farmasi Arena

Endereço: Av. Embaixador Abelardo Bueno 3401, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro

Abertura dos portões: 19h

Início dos shows: 21h

Classificação Etária: 18 anos. Menores apenas acompanhados dos responsáveis legais. Sujeito a alteração, conforme decisão judicial.

Vendas no site Ticket360

Tv Cultura estreia nova temporada de "Morgana & Celeste", personagens do "Castelo Rá-Tim-Bum"

___ A partir desta segunda-feira (8/4), serão exibidos mais de 50 episódios inéditos da série

(Foto: @Ary Brandi)



Nesta segunda-feira (8/4), a TV Cultura estreia a temporada 2024 de Morgana & Celeste. Na série ficcional, a Bruxa Morgana, do Castelo Rá-Tim-Bum, relembra grandes momentos da história da humanidade testemunhados por ela. Ao lado, com os ouvidos sempre atentos, está a cobra mais curiosa e desbocada de todos os tempos: Celeste. No ar de segunda a sexta, na faixa do Quintal da Cultura, às 11h40 e 16h25, e aos sábados, às 11h40.

Todas as histórias vividas por Morgana & Celeste acontecem no porão do Castelo, local que a Bruxa decidiu organizar após milhares de anos. São muitas quinquilharias fantásticas e vários móveis mágicos acumulados e esquecidos ao longo do tempo, centenas de objetos dispostos de maneira lúdica, como uma "bagunça organizada". E cada relíquia encontrada vai ajudar Morgana a ilustrar suas histórias do passado.

Os mais de 50 episódios trazem diversos temas, como a viagem do homem à lua; Ali e o tapete mágico; a primeira marchinha de Carnaval; Monalisa de Da Vinci; Carmen Miranda; Galileu e o telescópio; João e o pé de feijão; a criação das Olimpíadas e muito mais.

(Foto: @Ary Brandi)



Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

LANÇAMENTOS/LIVROS

Livro relata como contraceptivo Essure causou perfurações, intoxicação e até histerectomia; 6 mil mulheres foram vítimas

(Foto: Divulgação)



O drama vivido por 6 mil mulheres impactadas pelo contraceptivo Essure é o foco do livro "O Útero Biopolítico", da autora Miriam Kênia, foi lançado dia 14/03, no Rio de Janeiro. Fabricado pela Bayer, o dispositivo foi distribuído no Brasil de 2009 até 2017 – quando foi suspenso pela Anvisa. Após apresentarem sintomas como dores crônicas, sangramentos, infecções urinárias, intoxicação por níquel e até órgãos perfurados, vítimas lutam para serem indenizadas pela farmacêutica em ação internacional movida pelo escritório Pogust Goodhead.

Por quase cinco anos, a autora observou grupos virtuais compostos por vítimas do Essure, totalizando cerca de 6 mil participantes, além de fazer pesquisa documental e análise de menções na mídia e publicidade sobre o lançamento do contraceptivo. Ela explica que o dispositivo era inserido em apenas 15 minutos nos hospitais do SUS e era oferecido às mulheres como uma "alternativa não cirúrgica" aos métodos tradicionais de esterilização.

Além dos sintomas mencionados, algumas mulheres precisaram fazer histerectomia completa para conseguir remover o contraceptivo. "A trajetória das vítimas do Essure, um grupo de mulheres convocadas para o implante de um dispositivo que prometia uma contracepção permanente, segura, indolor e rápida, expõe as facetas de um sistema de controle e poder dos corpos femininos em um cenário dominado por gigantes da indústria farmacêutica", lamenta Miriam.

A estimativa é de que o Essure tenha sido implantado em 8 mil mulheres no Brasil – principalmente em São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Tocantins e Minas Gerais –, fora milhares de vítimas em outros países. Até hoje, a Bayer não assumiu a responsabilidade pelos casos. "Queremos ampliar a visibilidade desse caso e fortalecer a luta pela reparação desses corpos adoecidos", ressalta Miriam.

Em busca de justiça

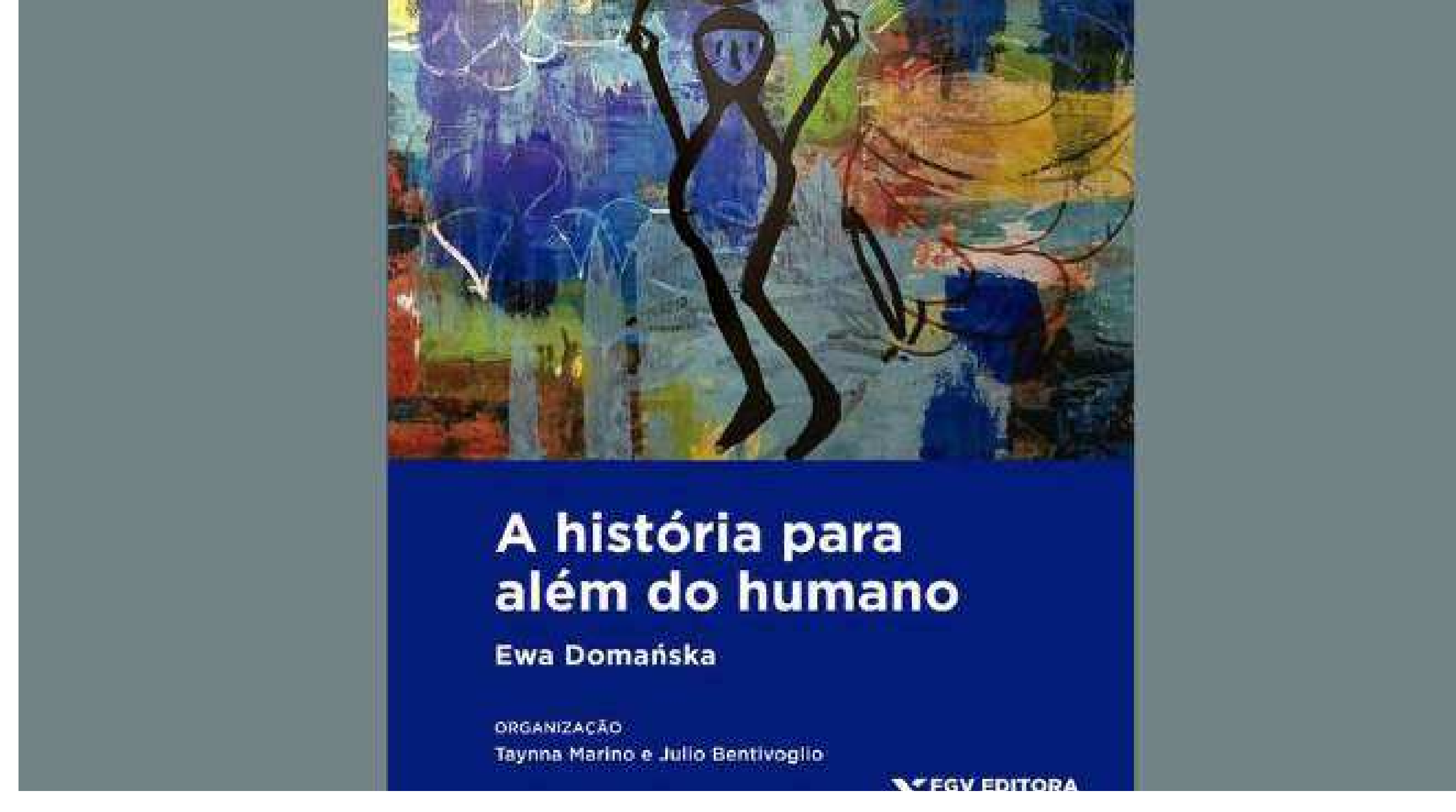
O evento de lançamento do livro é promovido pelo Hotta Advocacia, escritório de advocacia que atua em colaboração com o escritório internacional Pogust Goodhead. Cerca de 400 brasileiras são representadas pelo escritório, que também atua em outros casos contra grandes multinacionais no Brasil, como os dos desastres de Mariana e Brumadinho.

O Pogust Goodhead também defende 183 vítimas do Essure no Reino Unido em processo contra a farmacêutica. "Embora a Bayer tenha concordado em pagar acordos para mulheres afetadas pelo Essure nos Estados Unidos, ela ainda nega a responsabilidade em outros países, e continua defendendo a segurança e a eficácia do dispositivo. Estamos buscando uma indenização justa por danos físicos e morais" comenta a advogada do caso, Bruna Ficklscherer.

FGV Editora publica livro de Ewa Domańska

___ Livro traz novas abordagens para se pensar o passado nas humanidades e nas ciências sociais

(Foto: Divulgação)



Ewa Domańska é uma das maiores historiadoras e teóricas da história da atualidade e vincula-se a uma refinada linhagem de historiadores vanguardistas. Sua destacada atuação na área de teoria da história junto à Universidade Adam Mickiewicz na cidade de Poznań e como professora visitante da Universidade de Stanford, nos Estados Unidos, tem projetado seus estudos em várias partes do mundo, pois desde os anos 1990 é uma autora que produz pesquisas ousadas e originais, voltadas para o problema da verdade e da representação histórica, do narrativismo e da crítica pós-estruturalista e que, mais recentemente, de forma inovadora e pioneira, tem desbravado cami¬nhos pouco percorridos acerca do antropoceno e do pós-humanismo, despertando interesse sobre seu pensamento e sua obra em diferentes países.

Em A história para além do humano, publicado pela FGV Editora, Ewa oferece um programa crítico de revalorização e inovação da reflexão histórica no século XXI, através de pesquisa avançada, propondo um novo sentido do passado quando colocado na perspectiva do futuro possível.

Nesta obra estão presentes os aspectos essenciais que orientam seu trabalho de pesquisa: a ideia de construir um conhecimento holístico e relacional do passado que preze pela coexistência e cooperação entre espécies, culturas acadêmicas e modos não-ocidentais de saber e conhecer; uma compreensão das humanidades e da história como formas de conhecimento ativas e capacitadoras de sujeitos históricos conscientes de seu papel ético e político; sua abordagem trans e multidisciplinar que pretende articular o campo científico, fundindo ciências, metodologias e saberes variados, com vistas à construção de pontes entre as diversas culturas acadêmicas e saberes práticos; ou ainda sua proposta futuro-orientada, que reflete as mudanças em curso no presente para repensar uma historiografia que não se defina mais pelas críticas mas por formas alternativas de se relacionar e conhecer o passado em termos globais e planetários.

O que está em jogo nas discussões sobre 'a história para além do huma¬no' são duas categorias fundacionais da história enquanto produto das culturas greco-romana e judaico-cristã que estão no núcleo de sua abor¬dagem do passado: os humanos (antropocentrismo) e a historicidade.

A história para além do humano
Autora: Ewa Domańska
136 páginas
R$42,00

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676